



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ATA N.º 51/XIII-3º/2021-25

1 – Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, nas instalações da Associação Cultural e Desportiva da Quinta do Bau Bau, sita na Rua Francisco Martins, lotes B-C, na Freguesia da Sobreda, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia (continuação);

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Documento de Prestação de Contas de 2023 (SMAS)”;

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023”;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1.ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes (SMAS)”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prestação de Contas 2023 – Município de Almada”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico Desenvolvimento Desportivo”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.8 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pezarat Correia Bom (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (IND); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, registaram-se os seguintes procedimentos:

2.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luisa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU); António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), de António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves(CDU) e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Dias de Correia Fernandes (PSD), Irina Cristina Ludovico Tricamegy (eleita pelo CDS-PP) e Gilberto Alexandre Ferreira Simões (eleito pela Aliança).

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pela eleita Senhora Maria do Ceu Sousa da Silva; a Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito João Pedro Eixa dos Santos.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a ausência da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Maria Joaquina, João Silva, Ana Maria Viera, Luís Ricardo e Edmar Mestre.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Maria Joaquina:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais um dia de festa e alegria, por termos o nosso Poder Local Democrático, reunido na Quinta do Bau Bau, no mês de Abril de 2024.

Mas eu não sou mulher para acomodações, eu quero todos os dias. Quero todos os dias que vivamos o 25 de Abril, que o concretizemos, porque nós se nos deixarmos ficar pelas acomodações, perdemos os 364 dias do ano, para o tornamos realizado.

A paz, o pão, a educação, saúde, habitação, se calhar perdemos muito tempo, serei eu pela minha idade, me tornei ainda mais apressada? Eu tinha 28 anos, em Abril de 1974. E já trabalhava e conhecia a realidade da vida, de antes do 25 de Abril, o 25 de Abril sei quais foram as esperanças, os projetos, aquilo que quisemos concretizar. Fizemos muito, muito, quem disser o contrário mente descaradamente. Podíamos ter feito melhor e mais? De certeza absoluta. Mas isso está para fazer e temos tempo para o fazer, é uma questão de vontade.

Esquecemo-nos que a erva daninha vai crescer mesmo sem rega, sem água, ela vai ficar debaixo da terra à espera que as condições lhe permitam voltar de novo a sair, o escalracho logo fica com o verde de fora. Vamos tratar dos sinais de escalracho, porque a erva daninha abafa qualquer coisa de bom, que se semeie ou plante à volta dessa terra por melhor que ela seja. Ela mata rapidamente, não podemos estar desprevenidos.

Estamos aqui na Quinta do Bau Bau, convido todos. Hoje é um outro dia muito feliz, é um dia do livro. É o dia da cultura, é o dia do alfabetismo, essa tarefa tão importante, em que eu felizmente me vi envolvida. A cultura é a trave mestra da vida e do desenvolvimento, não a podemos deixar para trás, não a podemos deixar de ler e entender, tudo quanto à nossa volta dizem. O saber é fundamenta, é fundamental para o nosso desenvolvimento económico. Enquanto não formos alfabetizados completamente, não basta saber ler e escrever, é preciso entender, quando se ouve. Portanto, mais um acontecimento feliz, que aqui estamos a reviver.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Esta Casa, esta Associação, tem essa grande preocupação, da cultura, nós temos umas tertúlias mensais, exceto em dezembro, julho e agosto, cujo tema é sempre de cidadania e cultura. E não é por acaso que o nosso primeiro tema foi cidadania e o controlo do dinheiro público.

Em 2016, o nosso querido amigo Juiz do Tribunal de Contas, João Aveiro Pereira, o próximo será o 44º, 4ª tertúlia de Cidadania e Cultura, teremos o gosto mais uma vez, de termos o nosso querido amigo Manuel Pedroso Marques, um homem com uma história de vida dos seus 90 anos, antes e depois do 25 de Abril.

Estão sempre todos convidados e nós temos sempre a preocupação de enviar para a Assembleia Municipal, para todos os Vereadores e todos quanto mais queiram, é só darem-nos o email e nós informamos do que temos. Temos música, temos música na Quinta, temos visitas guiadas, fazemos da cultura uma das nossas bandeiras mais fortes e esta casa é sempre a casa da cultura, da democracia, e obrigada Senhor Presidente, por trazer a Assembleia Municipal à Quinta do Bau Bau.

Venho só deixar “O Meu Bairro”, essa iniciativa tão feliz que a Câmara Municipal teve, não tem prazos, mas nós estamos com grande expectativa. A participação, o convite à participação é importantíssimo, é assim que se constrói e que se constrói um muito novo. Eu estou menos nova, mas disposta a também estar nesse mundo novo.”

5.1.2 – O Senhor Município João Costa Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, é a 3ª vez que venho aqui e não queria andar sempre a correr para a Assembleia Municipal.

Há um processo de construção, que é o 236/18, onde eu tive que mandar fazer uma auditoria porque parece que a Câmara Municipal não fez o que devia fazer, pelo menos no processo não está, mandei para a Câmara Municipal, impugnei as telas finais já há 7 meses, fiz auditoria gastei dinheiro, não tenho resposta da Câmara, nem um raio de um papel do Senhor Vereador, há algum técnico que se digne ler o processo e ler o que está apensado ao processo? Eu não posso comprar uma barraca a que chamam vivenda e pagar IMI como se fosse uma vivenda de luxo, quando o que eu tenho é uma tabanca nova. A tabanca nova é uma coisa que quem esteve na Guiné sabe bem do que estou a falar, é uma palhota melhorada à moda de Moçambique, e aquilo chama-se uma vivenda? Não pode ser Senhora Presidente. Para aceder ao telhado o RUMA não foi cumprido, tive que fazer eu um buraco. Por favor, olhem para os documentos que eu juntei, estão fundamentados, há reportagem fotográfica sobre o assunto todo. O livro de obra nem sequer foi encerrado, que diabo de condução urbanística é esta? Eu peço desculpa, sinto-me irritado, porque pagamos o IMI de uma coisa que não temos.

O projeto diz que eu tenho duas paredes exteriores em alvenaria, eu tenho uma parede em alvenaria e outra em esferovite. Eu pergunto se isto são paredes duplas de alvenaria? Dentro das paredes de alvenaria devia estar um isolamento, não tenho absolutamente nada, tenho é chover-me em casa.

Eu peço por favor, Senhor Vereadora que está aqui, mande lá um técnico olhar para o processo e se está lá as telas finais, eu impugnei-as, ninguém disse nada, estão decididas, estão impugnadas, a auditoria ninguém disse nada, ao fim de 7 meses foram aprovadas, mas eu quero um papel, porque eu estou a pôr uma ação em Tribunal ao pirata do construtor, que parece que goza de uma liberdade, imunidade, com a legislação, e isto não é de todo democrático, levar os cidadãos a comprarem habitações que depois não têm aquilo que está no projeto e que foi aprovado para construir. Só vi uma coisa que a Câmara Municipal fez, foi pedir o livro de obra no início, depois ninguém viu fez-se o livro de obra não está lá. Está lá, mas está em branco, os técnicos mandaram aquilo às urtigas. Eu tenho um projeto de insonoridade, tenho um projeto de acústica, não foi executado absolutamente nada. Eu pergunto Senhora Presidente, se não há um técnico na Câmara Municipal, um arquiteto, um engenheiro, um responsável por esse departamento, porque imagino que o Senhor Vereador não tem tempo para tudo, e por isso tem lá os técnicos, que olhem para o processo 236/18, rua Mário Neves, nº 14, Quinta do Desembargador. E eu estou aqui, mas tenho uma procuração da minha mulher que é a titular do edifício, nós é que decidimos quem é ou quem não é, mas tenho e está junto ao processo, para poder fazer esta intervenção e as outras que fiz anteriormente. Ajudem-nos por favor, porque eu não quero pagar o IMI de uma coisa que não tenho Senhora Presidente.

2.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu tenho uma barraca em vez de uma vivenda. Tem aparência de vivenda, mas não é. É uma tabanca melhorada.

O urbanismo precisa de ter uma coordenação e eu lamento dizer isto, não vejo uma uniformização na Quinta do Desembargador. Cada um faz a barraca como quer e muito bem lhe apetece. Por acaso há uma a fazer e é a primeira que eu vejo, que leva a insonorização antes de meter a placa do chão. Há uma, na Travessa da Natália Correia, está lá quem quiser vai lá ver, o resto nenhuma tem. Mas tem os projetos. E onde é que está a eficiência energética? Não está, o que eu tenho é a água a entrar-me em casa.

Eu peço desculpa por estar um bocadinho irritado, mas na realidade eu peço ajuda, por favor vejam o processo, despachem aquilo que eu mandei, vamos fazer qualquer coisa.

O Senhor Vereador tem os meus contactos, mas não vejo nada a acontecer. Vai entrar uma ação em Tribunal por acaso eu não meto a Câmara Municipal em Tribunal, a legislação anterior dava para o fazer, mas não quero entrar com Câmara Municipal em Tribunal porque acho que não vale a pena uma cisa dessas. Os técnicos são sempre os mesmos, é o arquiteto que fez o projeto, é o Presidente da fiscalização, o que fez o projeto é também o fiscalizador. Isto dá logo para olhar, mas arquiteto autor do projeto é também o Diretor da empresa de fiscalização? Isto diz qualquer coisa.”

5.1.3 – A Senhora Múncipe Ana Maria Vieira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vimos pedir a vossa ajuda.

Árvores com mais de 10 metros de altura, numa vivenda ao lado, separada por um caminho estrito. As árvores têm mais ramos compridos e altos que vêm para o nosso lado. As folhas secas caem no nosso espaço e entopem os algerozes, não temos idade nem saúde para subir aos telhados.

Somos reformados sem dinheiro para mandar limpar os algerozes todas as semanas. Este lixo entope os sumidouros de água no quintal, fazendo com que a água da chuva entre em casa.

O meu marido está doente e cada vez mais dependente do oxigénio e não podemos andar no quintal, na nossa própria casa. Não podemos comer no nosso quintal, pois caem nos pratos as folhas e outros lixos.

Os ramos estão já a atravessar os fios da luz, do telefone, e de internet, de todos os vizinhos. Há mais de 10 anos que enviamos pedidos à Câmara Municipal, vão tirar fotografias e nada acontece.

Não podemos viver assim, principalmente, com a doença do meu marido. Sempre que falávamos com os donos eles faziam troça de nós.

Pedimos ajuda para resolver este assunto. E temos árvores no muro dos próprios donos das árvores, os muros estão rachados por causa dos troncos serem tão grandes, está um pinheiro enorme metido na rede, a cair para o lado da rua, dessa rua que não tem saída e em frente ao meu portão. Temos uma outra árvore que está a largar o lixo todo, com este vento partiam-se ramos e não os tiraram e estão a cair constantemente. Há ramos em cima do meu telhado da Churrasqueira. E nessa árvore está precisamente, o muro deles, está a abrir todo e a raízes estão a sair para o lado da rua.

Por isso peço mais uma vez ajuda.”

5.1.4 – O Senhor Múncipe Luís Ricardo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar quero agradecer as palavras simpáticas da Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, na última reunião, de dia 17 de abril. agradecer também da parte da Senhora Presidente as palavras que me dirigiu, a resposta que obtive que me fez crer também na real dedicação à causa que defendo e defendemos todos naturalmente.

Aproveito esta oportunidade para agradecer também umas palavras que me foram dirigidas há 3 anos por parte do Dr. João Couvaneiro.



A suprema liberdade

A liberdade compreende a luta por um mundo pacífico, onde a felicidade é o bem maior a ser alcançado. Combater a injustiça foi com certeza o maior motivo, pelo qual se fez o 25 de Abril.

É defender os mais injustiçados, é acima de tudo, saber combater a raiz dos problemas.

Por isso, o combate contra a injustiça é fundamental. Dai a necessidade de estarmos atentos e esclarecidos, para melhor compreendermos o que motiva a injustiça e onde ela se faz sentir. E também, para nos olharmos a nós mesmos, no sentido de não cometermos os mesmos erros e seguirmos firmes e coerentes no nosso raciocínio e nas nossas ações.

Considero, um motivo pelo qual a fome e a miséria ainda persistem, em larga escala no mundo, o facto de 1% da população global, deter a mesma riqueza dos 99% da população restante.

E este, será sempre um motivo, para as pessoas de bom senso se envergonharem.

Daqui podemos concluir que a riqueza continua a ser mal distribuída e que as consequências deste facto, também, não se aplicam estritamente à humanidade.

O planeta terra também deveria ser respeitado por ser um espaço onde a vida existe, nas mais diversas formas.

Infelizmente, constata-se que em pleno século XXI, ainda há uma enorme incapacidade por parte da espécie humana, em compreender a vida para além da sua.

E essa incapacidade é potenciadora de uma falta de respeito, pela vida, em si.

Eu pessoalmente, acredito que só através de um sério respeito pelas outras espécies, nos podemos respeitar enquanto seres humanos.

A liberdade não é coisa exclusiva da humanidade, porque essa mesma liberdade é passível de ser vivida com alegria por todos os seres vivos.

É, portanto, exigido ao ser humano, uma atitude mais responsável para com a natureza, pois as suas ações têm um peso enorme na mesma.

Deveriam os humanos considerarem-se súbditos da natureza e ouvirem-na, antes de tomarem ações potencialmente lesivas para o planeta.

Consciente de que os movimentos partidários de direita mais conservadores, tendem a distanciar-se mais da causa animal. Lamento, no entanto, que os movimentos partidários de esquerda no seu todo, ainda não abracem a defesa dos direitos dos animais não humanos, com a plenitude merecida. Porque quando falamos de defender os animais não humanos, é disto que estamos a falar: do combate ao racismo, à xenofobia, à homofobia, e a todos os preconceitos que violentam os que se encontram em pior situação para se defenderem.

Reconheço, no entanto, que no seio desta representação política de esquerda, há quem tenha dado alguns passos interessantes no sentido da defesa dos que não têm, na prática, nenhuma voz que os defenda. Aos que ainda não interiorizaram esta ideia, temos de lhes dizer, que não vale tudo para se atingir propósitos. O argumento do respeito pela liberdade, para justificar uma qualquer tradição caduca baseada no negócio e na satisfação de ver um animal humilhado ou a ser espetado com ferros, não faz sentido numa sociedade que se quer progressista.

Agrada-me, pois, a postura de alguém que não é antropocentrista. As iniciativas não antropocentristas marcam sempre a diferença.

Há de fato, uma manifesta preocupação em querer fazer avançar a humanidade, não com bandeiras sarapintadas de interesses puramente despesistas para não se perder votos, mas sim, com a honestidade intelectual que se impõe, a quem realmente defende de forma firme e corajosa os interesses maiores que nos ligam à raiz da nossa existência.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O homem do futuro abriu as portas de abril, não para que as mentes se estagnassem na preocupação única de libertar o homem enquanto mero objeto contratual de uma qualquer atividade laboral.

O homem do futuro, sabe qual é o seu papel enquanto ser vivo, e as suas responsabilidades perante a humildade, que jurou abraçar num espaço comum, que não sendo de ninguém, também é de todos os seres vivos.

O homem do futuro não se esgota na sua própria visão do mundo, ele vai sempre procurar novos universos de pensamento trazidos pelas outras espécies existentes. Ele sabe que isso é determinante para a resolução dos maiores problemas que o planeta e a sociedade humana atravessam.

Este homem urge como o vento da mudança, e é um grito de liberdade.

Assim, o Futuro do Homem, encontra-se hoje, mais do que nunca, nesse homem do futuro.

Com ele, vem a justiça, a fraternidade e uma igualdade, que é também, a suprema liberdade!"

5.1.5 – O Senhor Município Edmar Mestre:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou sobredense e ando nisto há 40 ou 50 anos. Passei o Vieira, passei 30 anos da Maria Emília, passei o Judas, e estou há 7 anos com a Presidente, que logo no início visitou a Quinta do Guarda Mor.

Vou falar do problema das AUGI,s. Toda a gente chega com boas intenções para resolver o problema, forma-se as Comissões das AUGI,s, os Gabinetes das AUGI,s, os regulamentos das AUGI,s e espremendo isto tudo o que é que sobra? Nada.

Quero agradecer ao Vereador José Pedro Ribeiro, que andei 6, 7, 8 meses a tentar marcar reuniões, consegui uma reunião para outubro, tenho-lhe a agradecer. E depois agendamos logo para novembro, e para dezembro. Em dezembro foi alterada pelo Senhor Arquiteto Paulo Pais, e depois é em janeiro, e é fevereiro, e é março, é abril, a mandarmos emails e nada. A Câmara Municipal tem que dar satisfações aos municípios, a Freguesia aos fregueses e as AUGI,s aos proprietários.

O que é que se passa? Nada. Pedi uma primeira, reunião, uma segunda e uma terceira, a explicar toda esta situação. É que o Vale da Sobreda está abandonado. É a zona com mais AUGI,s do Concelho de Almada. O que é que foi feito em 30 ou 40 anos? Nada. É a Quinta dos Porfírios, é a Quinta do Guarda Mor, ninguém faz nada. Em 2019, com a aprovação das AUGI,s em 1995, começamos a trabalhar em projetos, dinheiro gasto em projetos e advogados, as pessoas não têm dinheiro para isso. E o que é que está feito? Nada.

Portanto, em 1995, conseguimos aprovar o Plano de Pormenor da Quinta do Guarda Mor em 2019. Gastamos mais cento e tal mil euros em especialidades, metemos tudo e mais alguma coisa, chegamos ao dia de hoje, não temos nada.

Eu sou sobredense e por acaso vejo este espaço aqui a Quinta do Bau Bau, nunca cá tinha vindo, mas fazia falta um espaço destes na Sobreda, na Centro da Sobreda. Porque no Centro da Sobreda, é na Sobreda Velha, no Solar dos Zagallos, porque ali, a Sobreda está abandonada. Não se faz nada na Sobreda.

Estamos ali na 10/1, que os moradores da Sobreda têm comido há um ano o pão que o diabo amassou, porque a gente quer obras na Sobreda. Não como alguém diz uma vez querem obras, fazemos as obras e depois já reclamam. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que foi entregue pelo SMAS 300 metros de estrada a uma empresa espanhola que por sua vez entregou à Estrela do Norte, que à quinta-feira à tarde vão para Braga, porque eu tenho andado em cima daquilo, mas o que diz lá no placard do SMAS, é que aquilo custava 1 milhão 250 mil euros, a empreita foi atribuída em março de 2023 por um período de seis meses, setembro de 2023, e um ano depois o pessoal anda ali a rodear isto tudo, que é uma vergonha.

Mas o que é certo é que o povo da Sobreda estão a comer o pão que o diabo amassou. E penso nalgumas infraestruturas para a Sobreda porque na Sobreda não temos nada.”



5.1.2 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, o Senhor Vereador Nuno Matias e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.1.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou tentar ser breve.

Começar por agradecer à Senhora Dona Maria Joaquina e naturalmente, à Associação da Quinta do Bau Bau, por nos receberem aqui neste espaço enorme e agradecer as suas palavras de uma forma muito breve.

O Meu Bairro, tem datas, aliás, já fechou a votação, já há um relatório, fiquei a saber hoje que o relatório está concluído, vai ser enviado aos Senhores/as Presidentes de Junta e, portanto, está a andar e fico muito contente que esteja feliz com esta iniciativa, nós também estamos, mas ela é feita para as pessoas das diferentes Freguesias e dos diferentes territórios.

Relativamente ao Senhor Múncipe João Costa o Senhor Vereador falará. Relativamente às árvores também.

Agradecer as palavras também do Senhor Múncipe Luís Ricardo e dizer-lhe que o homem de amanhã, ou pensa no ambiente ou então não estará cá. Todos nós sabemos isso e, portanto, o melhor é começar a salvaguardar também este planeta.

Senhor Múncipe Edmar. Nada, não é de certeza, aqui o Senhor Vereador vai dar umas palavras. Eu penso que sobre o Guarda Mor há toda uma proposta de toponímia, nas variadíssimas frentes nós estamos a avançar. E nas AUGI,s continuamos a avançar, aquelas que ainda não foram resolvidas, como sabe muito bem, são aquelas que têm situações mais complicadas, mais pesadas e a Câmara Municipal está sempre a tentar encontrar uma solução que prejudique o menos possível os moradores destas AUGI,s e que faça justiça aos muitos anos também que passaram. Portanto, posso lhe dizer que o empenho continua a ser total, há situações mais complicadas que eu não vou detalhar nem sei se é o caso, mas quando vou pedindo informações, sei que em muitos casos é essa a situação.

Portanto, não posso em nome dos serviços, não posso de facto, aceitar que diga que nada foi feito, não. Muito está a ser feito e com muito afinco e muito empenho. Gostaríamos às vezes de sermos mais rápidos, gostaríamos, mas nem sempre o conseguimos.

5.1.2.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao Senhor Múncipe João Costa da Silva, é um prazer voltar a revê-lo, já nos vimos várias vezes, temo-nos cruzado também nos serviços técnicos, tal é a quantidade de vezes que nos visita.

Portanto, há dois aspetos, um queixava-se da construção do vizinho, várias vezes os nossos técnicos foram lá, verificaram, está tudo em conformidade. Relativamente à sua construção penso que existe uma querela entre o senhor e a sua esposa e o empreiteiro, portanto, isso tem haver com relação do foro privado.

Relativamente à Câmara Municipal, aquilo está a disponibilizar são as telas finais, todas elas devidamente certificadas para que possa então fazer valer os seus direitos junto do construtor e nos Tribunais que são termos certos.

Fez um requerimento que neste momento temos já o parecer jurídico concluído, vai ser entregue muito brevemente.

Portanto, agradece a sua vinda mais uma vez aqui, assim como é sempre um prazer revê-lo nas nossas instalações ou aqui neste Fórum.

Relativamente ao Senhor Amador, mais uma vez também é um gosto revê-lo, temos falado bastante sobre estas questões. Como sabe todas estas áreas são áreas de génese ilegal, como seu próprio nome diz e foi feito um



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

esforço por parte do Governo há uns tempos atrás em aprovar a legislação no sentido de converter estas áreas. E naturalmente, cabe depois aos Municípios trabalhar em conjunto com os proprietários dos lotes para encontrar soluções com vista à sua legalização.

Como sabe, não é uma tarefa fácil, porque cada caso é um caso, cada território tem especificidades próprias, uns menos complicados, porque todos eles são complicados, há uns que inclusive têm REN, têm linhas de água, portanto, são todos eles processos e temas difíceis de resolução. Se fossem fáceis já teríamos resolvido há bastante tempo.

Quando diz que não fazemos nada, não é verdade, naturalmente, e os números são também o que são, não mentem, foram entregues 2560 pedidos, já foram resolvidos 1368, há algum trabalho para fazer, bastante, naturalmente, mas volto a dizer, este é um tema muito complicado gerir, um tema difícil, o tempo também não ajuda, cria impaciência, muitas vezes já estamos a falar com herdeiros, mas peço que entendam que a Câmara Municipal está a fazer o seu trabalho e a tentar rapidamente resolver as situações de acordo até com as possibilidades que são possíveis.”

5.1.2.3 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria tentar responder de forma muito telegráfica à nossa Muniçipe Ana Vieira.

O problema que aqui coloca, se eu percebi, mas eu a seguir irei ter consigo, parece-me que tem a ver com árvores em domínio privado. Ou seja, serão vizinhos que infelizmente, não cuidam do espaço que é seu e nós recebemos infelizmente também várias queixas dessa natureza e a Câmara Municipal tem alguma limitação de poder intervir em espaço privado a não ser que exista um problema de segurança para o espaço público e para as áreas envolventes e aí teremos também de envolver a Proteção Civil.

Portanto, eu presumo que, não sendo espaço público, a nossa intervenção é mais limitada, nós poderemos apesar de tudo ver se há aqui um problema de segurança, e só nessa esfera de responsabilidade é que nós podemos intervir.

Eu percebo a sua mágoa, a sua angústia, eu sei que há muitas situações que nós vamos recebendo, estamos bastante maniatados em poder intervir, aliás, seria um crime a Câmara Municipal intervir, a não ser por alguma razão de segurança efetiva, porque estamos a falar de domínio privado.

Mas percebendo a sua situação, podemos naturalmente, voltar a perceber todo o enquadramento, mas voltar a reiterar que infelizmente, há muitos munícipes que não cuidam do seu espaço, poem em causa o espaço de terceiros e dos vizinhos, e há aqui uma responsabilidade também de todos nós, não só do ponto vista social mas também cívico, do ponto de vista de segurança do seu espaço, manutenção desse espaço, e de procurar não penalizar os vizinhos em redor, que necessariamente não têm culpa por haver menor cuidado com o espaço para os quais também tem responsabilidade objetiva.

De qualquer maneira já vou ter consigo e vamos tentar agendar uma visita para tentar também com a Proteção Civil, avaliar se há aqui um problema de segurança que nos permita ter outra possibilidade de intervenção.”

5.1.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É só para reiterar, como estava aqui a dizer a Senhora Vereadora Francisca Parreira que tem a Proteção Civil, que fica aqui naturalmente o compromisso não apenas do Senhor Vereador Nuno Matias, mas também da Proteção Civil, em ir ver o estado de facto, e se há um risco maior dessas árvores, para além do incomodo que não duvidamos, mas se há algum risco de queda como falou da questão do muro, pedir de facto, para a Proteção Civil ir lá ir ver para ver se nós não só termos de notificar o seu vizinho ou se há condições para podermos intervir. Não ficarão esquecidos.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia (continuação).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

6.1 – Na continuação do debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos sentidos de voto demonstrados ontem pela CDU e pelo PS, sobre a nova travessia, permitam-me ler a parte deliberativa da proposta anterior do PS, submetida em 2022, votada favoravelmente pela CDU e pelo PS.

A proposta então dizia: “Aprovar a recomendação para que o Governo analise a possibilidade da concretização da ligação viária, privilegiando desta forma a mobilidade através dos transportes públicos coletivos”.

A moção do CHEGA, refere: “Reafirmar o apoio a esta nova travessia do Tejo, recomendando ao Governo a análise e implementação desta ligação viária e de transporte coletivo entre Algés e Trafaria, dando prioridade a mobilidade sustentável através dos transportes públicos”.

Em tudo são iguais. Em ambas é recomendado ao Governo a análise da travessia, a diferença reside na hipocrisia de quem vota.

Enquanto o CHEGA na defesa da população, vota a favor de propostas do PS e da CDU, porque são boas para a população, o PS e a CDU voltam as costas à mesma, porque a proposta foi submetida pelo CHEGA. É vergonhoso.

Ontem, infelizmente, não me foi possível responder ao Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, uma vez que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal encerrou e bem, os trabalhos devido ao avançado da hora, mas nunca é tarde para repor a verdade.

Em dezembro de 2022, o CDS e a CDU, numa mesma sessão, apresentaram propostas semelhantes à aquela que o CHEGA traz hoje, para a remoção do Pórtico da A33, entre outros. Nesta data, o direito destes partidos apresentarem estas propostas, não foi questionado, tendo o CHEGA mantido a sua coerência, votadas ambas favoravelmente.

Passados quase 18 meses, sem que o assunto tenha evoluído, o Grupo Municipal do CHEGA trouxe o assunto de volta a esta Assembleia Municipal, na esperança que desta vez um novo Governo de direita resolva a situação, mas para si isto é demagogia, é ser-se catavento.

Defender algo que todos defendemos nesta Assembleia Municipal, que não é discutido há 18 meses, e que é um desejo da nossa população, é oportunismo. Aproveitamento político, diz o Senhor Presidente.

Senhor Presidente de Junta, devia preocupar-se menos com o CHEGA e preocupar-se mais com os problemas da sua Freguesia, com todo o respeito. Talvez assim, estivesse mais atento ao número de buracos nas estradas e ao lixo na via pública.

Mas curioso ainda, e isto de facto, só pode ser cómico, é levantar-se para dizer orgulhosamente, que já fala da portagem desde 2017, fantástico, sete anos em que nada conseguiu. Foi para isto que se levantou? Levantar e demonstrar sete anos de fracasso? Sete anos em que é Presidente da Junta, com uma Câmara Municipal do Partido Socialista, e um Governo de maioria absoluta do Partido Socialista e nada fez pelos seus fregueses. Sete anos, mostra apenas a conivência com o assunto ou incompetência na resolução do mesmo.

É que parece esquecer-se, que o partido Socialista foi Governo durante oito anos e nada fez sobre o assunto. Assunto esse, que o PS diz defender desde 2012, mas anunciou ontem que iria votar contra esta moção. É este o PS em Almada. Tão cego ideologicamente, que consegue prejudicar a população em vez de aprovar uma proposta do CHEGA.”

6.1.2 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) em Defesa da Honra nos termos do nº 1, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Invoco aqui a figura regimental da defesa da honra, porque infelizmente, está-se a tornar uma rotina nesta Assembleia Municipal o recurso a não verdade, para não dizer o recurso à mentira. E faço esta intervenção apenas para lembrar o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes do Partido CHEGA, que a CDU anunciou aqui ontem, que vai votar favoravelmente, um dos documentos que o Partido CHEGA apresentou a votação nesta Assembleia Municipal.

Portanto, não há aqui nenhum preconceito, nem nenhum pressuposto relativamente aos textos que o Partido CHEGA aqui apresenta, votaremos aquilo que for considerado de votar favoravelmente, e votaremos contra aquilo que consideramos que de devemos votar contra.

Portanto, o Senhor Deputado Nuno Mendes, ou ouviu mal, ou anda distraído.”

6.1.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) em réplica à Defesa da Honra do Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU), nos termos do nº 2, do artigo 55º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

6.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, eu acho que não percebeu bem aquilo que eu disse, poderá ser às vezes também algum preconceito em ouvir as palavras do CHEGA, mas eu esclareço.

O CHEGA referiu que a proposta da CDU e do CDS, em relação às portagens, é equivalente e não referi em altura nenhuma que não iriam apoiar essa proposta, não foi dito isso por mim em altura nenhuma no meu discurso posso lhe entregar se tiver alguma dúvida. Eu referi unicamente e estou a responder ao que disse relativamente ao túnel, que a proposta do CHEGA não iria apoiar, porque ao contrário da proposta anterior, que apenas aprovaram um estudo. A proposta e a parte deliberativa são semelhantes, se anteriormente aprovaram um estudo, esta proposta propõe exatamente o mesmo. Por isso, não há aqui inverdade nenhuma por parte do Grupo Municipal do CHEGA, eu acho que não percebeu foi o que eu estava a querer dizer.”

6.1.4- Na continuação do debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os senhores Deputados Municipais Pedro Miguel Matias (PS) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha intervenção ontem, não sei se o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes ouviu, eu disse que ia votar favoravelmente a moção do CHEGA, não sei se ouviu ou se não percebeu.

O que se passa é que a moção do CHEGA, sobre o Pórtico, já vem tarde. Comigo desde 2017, com o PS desde 2012, desde que a CRIPS se transformou na A33, desde todo o processo que o PS é contra e foi sempre contra a montagem do Pórtico naquela área.

Depois, a moção do CHEGA é daquelas moções vagas, que não dizem nada sobre o impacto que o Pórtico tem nas populações da Charneca de Caparica e das populações de um Concelho ao lado que é Corroios. Portanto, é uma coisa vaga, é só para inglês ver, não tem interesse absolutamente nenhum.

É como a questão da travessia Algés/Trafaria, se o seu partido já foi convidado várias vezes para estar em alguns debates com técnicos altamente credenciados, e pessoas de renome que têm feito um trabalho extraordinário que aprofundam debates desde CCDR, antigos Secretários de Estado, pessoas altamente credenciadas para falar sobre o túnel imerso Algés/Trafaria, nunca lá apareceu. Porque se lá aparecesse e ouvisse o que tínhamos para dizer, não fazia aquela moção, uma coisa vaga, sem qualquer interesse. O único interesse que continua a ser do CHEGA, é uma espécie de catavento, procurando apanhar um voto aqui, um voto acolá.



E dizer outra coisa, na minha Freguesia há muitos problemas, nós não olhamos para o lado, nós sabemos que temos problemas na Freguesia e temos vindo a resolvê-los. E dar-lhe nota que a questão do lixo e dos buracos na estrada, não sei se se conhece a Lei 75/2013, não é competência da Junta de freguesia, é competência da Câmara Municipal.”

6.2.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu fiquei agora com uma dúvida Senhor Presidente da Junta de Freguesia, mas afinal a Câmara Municipal é de que partido?

6.2 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.2.1 – A Saudação sobre “Viva Abril, Viva a Democracia!” foi aprovada por unanimidade.

6.2.2 – A Saudação ao “1º de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores” foi votada por partes tendo-se verificado as seguintes votações:

6.2.2.1 – Os Considerandos foram aprovados por maioria com 32 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 4 votos contra, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA.

6.2.2.2 – A parte deliberativa foi aprovada por unanimidade.

6.2.3 – A Saudação ao “25 de Abril de 1974” foi aprovada por unanimidade.

6.2.4 – A Saudação ao “1º de Maio, o Dia do Trabalhador” foi aprovada por unanimidade.

6.2.5 – A Recomendação sobre “Elaboração do Regulamento de Proteção e Bem-Estar Animal do Município de Almada”, foi aprovada por maioria com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções, sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada.

6.2.5.2 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista (PS) votou favoravelmente esta recomendação, sendo integralmente a favor do constante na sua parte deliberativa, cujo conteúdo constava já do Programa Eleitoral apresentado pelo PS às eleições autárquicas de 2021, no qual refere especificamente “*Desenvolvimento de um novo regulamento do bem-estar e proteção animal que estabeleça os deveres da autarquia*”.

Neste sentido, sabemos que a Câmara Municipal de Almada, em colaboração com o Provedor dos Animais do Município de Almada, está já a trabalhar para implementar o referido instrumento no decurso do presente mandato autárquico, prevendo-se que o início de procedimento seja deliberado em Reunião de Câmara Municipal em breve.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pretende-se um regulamento que no seu essencial agregue a legislação existente no âmbito do Bem-Estar Animal, bem como enquadre e prepare:

- i. O funcionamento do atual Centro de Recolha Oficial;
- ii. O funcionamento do futuro Centro de Recolha Oficial (Centro de Bem-Estar Animal na Quinta da Alembraça);
- iii. O funcionamento e atuação da Polícia Municipal de Almada no âmbito do Bem-Estar Animal, enquanto garantia dos vários direitos e deveres aí englobados.

Contudo, os considerandos da recomendação apresentada pelo Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN), em particular a passagem que refere *“Pretende-se que este regulamento sancione devidamente os maus-tratos a animais, (...) discipline as condições de alojamento e comércio de animais, a detenção e circulação de animais, regulamente o apascentamento e a detenção de animais de pecuária, (...)”*, parecem indicar que se pretende um instrumento que regule direitos e deveres além do previsto no enquadramento legal aplicável.

Assim, e sem prejuízo do seu voto favorável, o PS entende que a intenção apresentada pelo PAN pode estar ferida de inconstitucionalidade, considerando o constante do n.º 1 e n.º 7 do Artigo 112.º da Constituição da República Portuguesa, este último que lê *“Os regulamentos devem indicar expressamente as leis que visam regulamentar ou que definem a competência subjetiva e objetiva para a sua emissão;”* – isto é, o regulamento poderá densificar o constante do respetivo enquadramento legal, mas não incluir direitos ou deveres não previstos neste.

Entende também o PS que a intenção do PAN pode ainda contrariar o constante do n.º 1 do Artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual, que lê *“Os órgãos da Administração Pública devem atuar em obediência à lei e ao direito, dentro dos limites dos poderes que lhes forem conferidos e em conformidade com os respetivos fins.”* – isto é, o regulamento não poderá acrescentar direitos e deveres aos constantes da Lei.

Significa por isso que a proposta de regulamento que será em breve apresentada pelo atual executivo camarário respeitará estritamente aquilo que é o normativo legal nesta matéria, e não aquilo que o PAN demonstra querer ver espelhado no referido regulamento, de acordo com os considerandos desta proposta.

Por último, entende ainda o PS que a moção do PAN é integralmente omissa quanto aos passos significativos dados pelo Município de Almada no presente mandato autárquico em matéria de Bem-Estar Animal, nomeadamente no que diz respeito ao aumento exponencial no número de esterilizações e adoções realizadas no Centro de Recolha Oficial.”

6.2.6 – A Moção “No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático” foi votada por pontos tendo-se verificado a seguinte votação:

6.2.6.1 – Os considerandos e os pontos 1, 2, 3, e 6 foram aprovados por unanimidade.

6.2.6.2 – O Ponto 4 da proposta foi aprovada por maioria com 32 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos contra, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.6.3 – O Ponto 5 da proposta foi rejeitado com 24 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 14 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.



6.2.7 – A Saudação “50 anos a celebrar o 1º de Maio em Liberdade” foi aprovada por unanimidade.

6.2.8 – A Moção “Travessia do Tejo entre Algés e Trafaria”, foi rejeita com 32 votos contra, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP.

6.2.9 – A Moção “Abolição do Pórtico da A33 na Charneca de Caparica” foi aprovada por maioria com 23 votos a favor, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Presidente da União de Freguesias Charneca da Caparica e Sobreda, e 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 15 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram.

6.2.10 – A Moção “Terras da Costa” foi aprovada por unanimidade.

6.3 – Nos termos do n.º 1, do artigo 57.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Almada, a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS), apresentou uma Declaração de Voto.

6.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Partido Socialista votou contra estes documentos tão somente por não se rever na forma de fazer política do Partido CHEGA como aqui hoje ficou bem demonstrado.

Sobre estas matérias, o Município de Almada, já tomou posição anteriormente, em diversos órgãos municipais e supramunicipais, sendo clara para todos, a posição de cada partido representado na Assembleia Municipal sobre estes assuntos.

O Partido Socialista, é favorável à criação de uma travessia no Rio Tejo entre Algés e a Trafaria, que permita melhorar as acessibilidades do Concelho de Almada e da região de Setúbal, integrando a atual rede de transportes públicos, sendo um fator essencial, para a melhoria da mesma, para aquela área do nosso Concelho. É também favorável, a que não seja cobrada portagem no troço da A33 da Quinta da Queimada, desde a primeira hora. Ainda antes de existir a A33 como aqui ontem foi dito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda.

Ainda antes da colocação do Pórtico e de haver a cobrança de portagem nesse troço, numa altura em que o líder do CHEGA, ainda dava os seus primeiros passos no PSD, e que certamente, nem sabia onde ficava a Charneca de Caparica.

Estas posições são mais do que claras e foram por muitas vezes reiteradas em diversos fóruns.

Mas a agenda do Partido CHEGA não é esta, o CHEGA está muito pouco preocupado com as travessias do Tejo ou com pórticos de autoestradas.

O CHEGA quer criar casos como aquilo que fez hoje, como tentou na última Sessão Ordinária, quando enviou um documento propositadamente fora de prazo, só para colocar em causa os serviços e a Mesa da Assembleia Municipal e permitir fazer uma intervenção à volta disso.

A agenda do CHEGA, é tentar criar um discurso unanime, para que aos poucos, se normalize a sua ação política.

Mas a ação política deste partido ou de qualquer outro, não se restringe às suas posições pontuais sobre um ou outro tema, mais ou menos unanimes.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A sua ação política, tem também por trás valores que o partido defende. Assim como as posições racistas, fascistas, xenófobas, machistas, homofóbicas, misóginas que assume de forma mais ou menos disfarçada.

Por vezes nem todos os seus militantes e apoiantes recebem um memorando a dizer que é para disfarçar.

E lá aparecem de vez em quando, imagens de militantes a fazer saudações nazis, a cantar o Hino Nacional num qualquer evento do partido. Ou as declarações à porta dos seus congressos, a defender Salazar e o fascismo. Ou até mesmo, intervenções como aquela a que assistimos no ano passado, na Sessão Solene desta Assembleia Municipal, de Comemoração do 25 de Abril, e que percebemos qual é a sua verdadeira agenda.

É por este mesmo motivo, que o Partido Socialista votou e votará contra estes atos de distração, que não passam disso mesmo, protagonizados por este partido, atos de procura da sua normalização, quando a agenda que defendem e tentam esconder, é para nós bastante óbvia.

Da nossa parte, não passarão.”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Ficou consensualizado em Conferência de Representantes a apreciação e votação dos 3.1, 3.2 e 3.4 da ordem de trabalhos relativos às Propostas da Câmara Municipal sobre “Documento de Prestação de Contas de 2023 (SMAS); “Relatório e Conta de Gerência da Wemob relativos ao exercício de 2023”; e “Prestação de Contas 2023 – Município de Almada”.

7.1.1 – Para apresentar as propostas usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No ano de 2023, os SMAS de Almada mantiveram-se empenhados no cumprimento da sua missão, na persecução das suas atribuições e competências e no respeito por elevados padrões de responsabilidade ambiental, financeira e social e com uma política de gestão focada na melhoria contínua da qualidade do serviço público prestado a todos os municípios de Almada.

Sabendo que a mais grande valia dos SMAS são os seus trabalhadores, merece destaque todo o empenho realizado no desenvolvimento e capacitação dos seus recursos humanos, quer por via da alteração da posição remuneratória, quer por via da criação dos serviços de medicina no trabalho, que transitaram da Câmara Municipal para os SMAS.

Implementou-se também o Gabinete de Intervenção Socioprofissional de forma a garantir o apoio e suporte a situações de vulnerabilidade pessoal, e social de trabalhadores.

Naturalmente, também houve melhoria nas instalações e inclusive, também melhorias essas nas oficinas gerais.

Já no que concerne ao relacionamento com os municípios, cabe referir que os SMAS têm atualmente mais de 108 mil contratos de fornecimento de água, e de sublinhar que, destes, 13 mil utentes são abrangidos pelo tarifário social automático que representa cerca de 12% do universo de contratos.

No último relatório de satisfação feito e realizado de atendimento ao público em 2023, revelou esse inquérito que 87% dos clientes manifestaram ter ficado muito satisfeitos ou satisfeitos com os serviços prestados pelos SMAS de Almada.

E no âmbito do abastecimento de água destaca-se que 100% da população do Município utiliza serviços de água potável, e em 2023 também o índice global de água segura foi de 99,97% tendo sido realizadas durante o ano mais de 17 mil análises à qualidade.

O consumo de água no ano passado teve um aumento de mais de 600 mil metros cúbicos face ao ano anterior e no que diz respeito ao saneamento básico 98% da população municipal tem acesso aos serviços públicos de



saneamento e tratamento de águas residuais, tendo também sido registado um aumento de 3% do volume de águas residuais tratadas.

Sem prejuízo desse aumento, registou-se uma redução global de 11% do consumo de energia nas ETAR,s fruto de uma maior eficiência energética no tratamento destas águas residuais,

Naturalmente, o ano de 2023 fica marcado pela concretização e pela abertura do Museu de Água de Almada, e aqui quero naturalmente, agradecer todo o empenho demonstrado pelos seus funcionários que, faz com que este Museu da Água seja de facto, também um reflexo e um espelho daquilo que é a atividade dos SMAS.

Assim, os SMAS reafirmaram-se nos seus resultados financeiros como um serviço com equilíbrio e rigor de gestão assegurando a responsabilidade social na resposta às necessidades da população do Concelho.

A receita global no ano de 2023, correspondeu a um grau de execução orçamental de 75%, sendo que o aumento de receita efetiva foi de 10,78% muito por via do aumento do número de contratos de fornecimento de água ativos, bem como o volume de água faturada, os tais mais de 600 mil metros cúbicos de água.

A despesa total paga correspondeu a um grau de execução orçamental de 70%, sendo que as despesas com pessoal tiveram um aumento de 5,68%, muito por via da valorização dos salários dos trabalhadores.

A execução das despesas de investimento foi superior em 7% relativamente ao ano anterior, com mais de 5 milhões de euros aplicados em investimento.

Os resultados do exercício gerados em 2023 foram positivos atingindo um valor superior a 520 mil euros, demonstrando assim uma melhoria significativa relativamente ao ano anterior.

Relativamente aos indicadores financeiros todos eles são muito bons, têm 79,24% de independência financeira 3,82% de solvabilidade e 1,91% de liquidez.

Está assim garantida a sustentabilidade financeira dos SMAS, demonstrando que os SMAS possuem recursos para honrar os seus compromissos com terceiros no curto e longo prazo.”

7.1.1.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os documentos foram distribuídos, falarei brevemente deste Relatório e Conta de Gerência da WEMOB, relativa a 2023 e faria apenas aqui alguns destaques relativamente aquilo que é a dimensão de serviço e de atendimento ao público, que é uma dimensão que a empresa tem tentado valorizar tão ou mais do que as restantes dimensões. Durante o ano de 2023, na dimensão deste atendimento foi reforçado tudo aquilo que era na atribuição de dísticos, os sistemas de alerta, hoje em dia ainda é um sistema que está em implementação, o envio de SMS a todos os utentes com dístico de residente a caducar, porque precisamente, é algo que queremos evitar a todo o custo a existência de multas por dísticos de residente caducados, portanto, já há a possibilidade de fazer o dístico na hora, o dístico online sem a pessoa ter que se deslocar aos serviços da empresa e neste momento até antecipa-se a necessidade desse dístico enviando-se um SMS a todos os utentes com esse aviso.

Foi também feito durante o ano de 2023, a afetação de equipas à remoção de veículos em fim de vida. Foram removidos mais de uma centena de veículos em 2023, relativamente ao ano anterior e, portanto, há uma recuperação daquilo que é o serviço de remoção de veículos em fim de vida um pouco por todo o Concelho, existiu também um reforço das equipas de agentes de estacionamento e isso resulta por um lado, do ponto de vista financeiro e não entrarei em detalhe, mas a verdade é que existiu um aumento de rendimentos mais de 13%, face ao ano anterior e mais um ano em que a empresa teve positividade e isso é muito importante nesta empresa, porque nós sabemos bem aquilo que foi o impacto que a pandemia trouxe a esta empresa, e, portanto, aquilo que podemos dizer, é que estes dois últimos anos foram anos de reconstrução e de crescimento sustentado desta empresa, de recuperação da confiança e também de recuperação de confiança junto dos trabalhadores de promoção do trabalho e de espírito de equipa e também é algo que foi trabalhado durante o ano de 2022, no ano de 2023 é que teve a sua conclusão já no ano de 2024, que foi a implementação do tão esperado sistema de carreiras e de avaliação de desempenho. A avaliação de desempenho já está a ser

R.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

implementada na empresa, é algo que neste ano de 2024, a empresa vai celebrar duas décadas de funcionamento no próximo dia 1 de maio, é diria também do ponto de vista histórico, simbólico nessa dimensão, muito importante para esta empresa.

Por último eu queria terminar não deixando de fazer um agradecimento a todos aqueles que são os principais obreiros destes resultados que eu aqui referi, que são os trabalhadores da empresa. Um grande agradecimento aos trabalhadores e à Administração e, portanto, aquilo que se propõe aqui nesta Assembleia Municipal, é depois deste relatório ter sido aprovado em reunião de Câmara, aprová-lo também aqui, o Relatório de Conta de Gerência da WEMOB relativo a 2023 e estou naturalmente disponível para qualquer questão.”

7.1.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começo por agradecer a presença do Senhor Vereador Filipe Pacheco, a sua presença aqui representa em termos de sacrifício pessoal, de facto não notei que ele tivesse chegado, mas é com alegria que o recebo nesta mesa e agradeço muito sinceramente a sua presença e a sua dedicação.

Relativamente, à proposta da Prestação de Contas de 2023, da Câmara Municipal, eu vou passar as atividades que também têm convosco e que são conhecidas e o tempo disponível não permite alongar-me muito. Portanto, vou fazer um resumo da situação financeira, sendo que, num pressuposto claro, que é o Município de Almada, cumpriu as regras do equilíbrio orçamental como sempre acontece definidas no regime próprio.

A totalidade da despesa obteve cobertura da receita, a receita corrente superou a despesa corrente, registando um excedente de 10,3 milhões de euros, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio a longo prazo, revelou uma margem de 8,2 milhões de euros. Comparando com o exercício anterior a margem diminuiu em 16,9 milhões de euros.

Apesar disto, importa salientar, que relativamente ao ano passado, onde na transição de 2022 para 2023, a Câmara tinha um saldo transitado de gerência de operações orçamentais na ordem dos 58,2 milhões de euros, este ano tivemos pela primeira vez, desde 207 e em 2020 também tivemos e é verdade e até superior, um saldo negativo de 16,5 milhões de euros, o que significa que executamos mais do que as receitas estimadas.

Analisando retrospectivamente, como eu disse entre 2017 e 2022, só em 2017, e 2020, é que tivemos resultados semelhantes.

O ano em análise apresenta o saldo negativo de 16,5 milhões de euros, este resultado afetou naturalmente o saldo de operações orçamentais, transitadas para a gerência de 2024, diminuindo de 58,2 milhões de euros para 41,7 milhões de euros, saldo de gerência esse que, naturalmente, também incorporamos na revisão orçamental.

Este facto deve-se a razões conhecidas, estamos em pleno processo de transferência de competências, que significa um acréscimo de receita e o aumento muito significativo do nosso orçamento, mas também um acréscimo de despesa. E essa avaliação do impacto da transferência de competências, estamos a fazê-la mais em detalhe neste momento, a educação foi feita em 2022, mas por exemplo, a área social foi só a meio do ano de 2023, as próprias restituições por parte do Estado Central, estamos todas a reavaliá-las, e até não só para nós e agora através de um pedido da Associação Nacional de Municípios, estamos a fazer todo esse detalhe sendo que ainda faltam as transferências na área da saúde a serem concretizadas plenamente, os próprios recursos humanos só em parte é que já foram incorporados, agora é que virá a listagem definitiva.

Dito isto, em termos de receita, a receita total cobrada líquida no ano de 2023, foi 135,7 milhões de euros, 131,2 milhões de euros em correntes e que representou 97% da receita cobrada.

De assinalar os impostos diretos que representam a maior fatia da receita corrente, totalizando 66,2 milhões de euros, registando uma diminuição de 3,2 milhões de euros, face ao período anterior, apesar da variação em valor absoluto, o peso dos impostos diretos na receita corrente nos anos de mandato situou-se nos 50%, portanto, estamos na média. Falamos naturalmente, do IMI da contribuição autárquica, valor residual de cobrança de dívidas antigas, do IMT, do IUC e da Derrama.



Como é sabido de todos a maior fonte de receita é de facto o IMI, portanto eu só peço aos Senhores Deputados Municipais assim como aqueles que nos assistem, que se todos gostam de ver os impostos baixarem, eles são também a receita dos Municípios, e, portanto, quando se fala do IMI com toda a legitimidade, os Municípios alertam para a necessidade de ter em conta os encargos e as responsabilidades dos próprios Municípios nomeadamente, numa expressão que agora se usa que é um estado social local que nós gostamos de ter, mas que para isso é preciso ter capacidade de o fazer.

As receitas do IMI representam 29,4 milhões de euros e correspondem a 44% da receita fiscal e 22% das receitas correntes.

As receitas provenientes do IMT, ascendem a 29,5 milhões de euros e correspondem a 45% da receita fiscal e 22% também da receita corrente.

O IMT como também é sabido, aí depende muito do dinamismo da economia, é verdade nós estamos com um território em pleno desenvolvimento, com muitos pedidos de licenciamento, muitas transações de imóveis e naturalmente, isso também se reverte em receita para o Município. Se houver um abrandamento nesta área é também a primeira área afetada.

O IUC representa 245 mil euros, e o aumento dos lucros no setor empresarial que teve um impacto na cobrança da Derrama, registou um incremento de 102 mil euros. Sendo que, como veem, apesar de tudo é uma parte muito baixa para um Município como o nosso, a ser importante termos mais empresas, mais atividade económica no nosso território e sobretudo de outras dimensões, também importa dizer que a grande maioria do nosso tecido empresarial não chega a pagar sequer a Derrama.

Os rendimentos da propriedade, aumentaram em 161 mil euros, totalizando um montante de 3,6.

As transferências correntes apresentaram um aumento de 5,5 milhões de euros, mais 16% em 2023 e mantiveram a segunda posição nas receitas correntes, registando cobranças no valor de 39,9 milhões de euros.

A venda de bens e serviços correntes denotou uma tendência de recuperação, assinalando um aumento de 29% mais 2,9 milhões de euros, face ao período anterior.

No que concerne à receita de capital, em 2023, no total de 3,7 milhões de euros, representa 3% da receita total.

De assinalar também atento à sua importância as transferências correntes e de capital que no ano de 2023 denota uma tendência crescente, ascendem a 43,2 milhões de euros, com um acréscimo de 2,1 milhões de euros comparando com a receita do ano de 2022. Nestas, as transferências do Orçamento do Estado, representam 90% da sua totalidade, com um incremento bastante significativo no ano de 2023, num montante de 21,4 milhões de euros.

Importa lembrar que só a educação representa praticamente 20 milhões de euros. Portanto, entre os recursos humanos e as outras verbas que passam.

As transferências do fundo social municipal e do FEF corrente contribuíram respetivamente com 4,6 e 2,6 milhões de euros da receita anual.

Relativamente à despesa. A despesa realizada em 2022 totalizou 152,3 milhões de euros, constituída pela despesa corrente 122,7 milhões de euros, e despesa de capital na ordem de 29,6 milhões de euros.

Face ao orçamento inicial 160 milhões de euros, houve a necessidade de mobilizar uma parte do saldo de gerência anterior, concretizada com a revisão orçamental num aumento de 36,5 milhões de euros, afim de incorporar todos os compromissos transitados, no período anterior e assegurar aquisições programadas e iniciadas no ano de 2023.

Assim, nas dotações corrigidas, foram efetivados cabimentos na ordem dos 95% do orçamento, que equivale a 177,9 milhões de euros, compromissos na ordem dos 167,9 milhões de euros que representam 90% do orçamento e pagamentos a execução na ordem dos 152,3 milhões de euros que representam uma execução de 81% do orçamento.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

De referir que em comparação com o ano anterior que houve uma diminuição de 5 milhões de euros nos compromissos a transitar para ano de 2024, e menos 150 mil euros de obrigações por pagar.

Esta questão de menos transitados é fundamental, embora isto tenha sido uma luta constante, porque nós sabemos nomeadamente, do ponto de vista dos investimentos, dos concursos que lançamos que de facto, temos assistido a uma maior dificuldade relativamente aos anos anteriores, porque o mercado está muito saturado. É verdade, temos tido alguns problemas que nunca tínhamos tido anteriormente, nomeadamente, com falta de concorrentes na parte dos projetos de arquitetura, o que é ainda mais estranho. Do ponto de vista do lançamento de empreitadas, a questão é cada vez mais gravosa, porque os preços não param de subir, Almada tem acompanhado sempre esse aumento dos preços, mas há um momento em que todos nós temos que reconhecer que há momentos em que os Municípios já não conseguem acompanhar este aumento exponencial.

A despesa corrente e vou abreviar, totalizou 122,7 milhões de euros, como eu disse 81% da despesa total.

As despesas com pessoal ascenderam aos 58,3 milhões de euros, aqui há não apenas o reforço do quadro de pessoal, aquele compromisso que tínhamos de qualificar o nosso quadro de pessoal com um aumento muito significativo, com a contratação de técnicos superiores, mas também obviamente, com as alterações à legislação e ao valor do salário mínimo e até progressões de carreira que naturalmente, depois tem impacto nas contas independentemente da justeza da sua decisão.

As despesas com aquisições de bens e serviços somou 40,8 milhões de euros, registando um aumento de 9,5 milhões de euros e aqui importa salientar, a maior delas todas que é de facto, a fatura da AMARSUL, que já está quase a chegar aos 9 milhões de euros.

E também os apoios alimentares, ou seja, todas as rubricas a nível do apoio alimentar também tiveram um aumento muito significativo, não apenas pelo aumento do preço dos concursos com as cantinas, mas também pelo alargamento que também tivemos de ter que lançar concurso para todas as escolas no âmbito da transferência de competências.

As transferências correntes ascenderam a 19,7 milhões de euros, verificando-se também um aumento de 3,6 milhões de euros, decorrente em especial do incremento dos apoios no âmbito do alargamento do horário pré-escolar e no âmbito da transferência de competências como também já disse, dos contratos de delegação de competências na escola, na área da educação e com as instituições sem fins lucrativos, ação social em 2023. É verdade que este aumento da despesa também correspondeu a um aumento de receita.

Os subsídios atingiram os 2,7 milhões de euros com um aumento significativo, decorrente do pagamento aos SMAS da tarifa social única e da transferência de competências no âmbito da ação social.

Importa lembrar que a tarifa social da água, é suportada pelo Município e ascendeu aos 2 milhões de euros no ano passado. E é essa a estimativa que também temos para este ano. Portanto, se é verdade que tivemos que fazer ajustamentos das taxas em cumprimento com aquelas que eram as indicações da Entidade Reguladora, é verdade que esses ajustamentos foram acompanhados pela introdução automática da tarifa social e que tem naturalmente, um impacto direto, porque cabe à Câmara Municipal assegurar esse pagamento aos SMAS.

Verifica-se que a despesa corrente tem tido um comportamento crescente ao longo do quadriénio, não se verificando alterações assinaláveis ao nível da sua estrutura. As despesas com o pessoal, as referentes a aquisições de bens e serviços, e com as transferências correntes representam no ano de 2022, 98% da despesa corrente. E em 2023 97%, portanto estamos equilibrados.

Para concluir, o balanço de 2023, ascendeu aos 636,9 milhões de euros, decomposto nos seus agregados, ativo, passivo e património líquido. O ativo inclui tudo aquilo que o Município possui que é suscetível de ser avaliado em dinheiro, disponibilidades, dinheiro em numerário, depósitos bancários e títulos negociáveis, créditos sobre clientes, mercadorias, equipamentos, instalações etc.

Comparando com o ano anterior verifica-se uma variação negativa do ativo em 4,6 milhões de euros, com a diminuição do ativo corrente. O ativo ascendeu, no entanto, 637 milhões de euros, decomposto em ativo não corrente e ativo corrente. O não corrente num total de 541,1 milhões de euros, 87%, corresponde a ativos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

R

tangíveis. O ativo corrente ascende a 91,9 milhões de euros, registando-se a tal diminuição de 10,7 milhões de euros, comparando com o ano anterior.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais José António Rocha (BE), José Alberto Lourenço (CDU), Sérgio Faria Bastos (PS), Beatriz Leal Ferreira (PSD), João Eduardo Geraldês (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Daniel Alexandre Silva (PS) António Pedro Maco (CDS-PP), Ana Margarida Lourenço (PS), o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

7.1.2.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação ao SMAS, apenas algumas questões para o devido esclarecimento por parte da Administração.

A primeira pergunta é sobre o aumento em conta corrente de fornecedores num valor de mais de 428 mil euros entre 2022 e 2023, importa perceber, por exemplo, quais os fornecedores mais impactados, uma vez que estamos a falar de um aumento percentual de mais de 205%, tal como nos indica o ponto 18 do relatório.

No ponto 23.1, também não conseguimos perceber qual a justificação para a significativa diminuição das despesas relacionadas com vigilância e segurança, (falamos de uma redução de duzentos e quatorze mil Euros face a 2022), e aqui importa sobretudo perceber como é que isto foi conseguido.

Ainda no mesmo ponto, apesar de se saudar a poupança de quatro milhões de euros na despesa com a eletricidade, são 4 milhões de euros, é uma quantia muito razoável, e o que queremos de facto, é perceber como é que foi conseguida esta diminuição na despesa com a eletricidade.

Tal como antecipado pelo Bloco de Esquerda aquando da discussão do Orçamento do SMAS para 2023, os municípios foram fortemente impactados pelas alterações introduzidas pela Administração dos SMAS. Lamentavelmente com a cumplicidade de alguns partidos representados nesta Assembleia, que não hesitaram rejeitar a proposta do Bloco de Esquerda para redução dos tarifários a prestação de serviços no domínio do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, e tão pouco hesitaram em aprovar os aumentos brutais nas tarifas da água, com enorme peso nas famílias, que viram as suas dificuldades acrescidas para o pagamento de despesas fixas, entre elas a fatura da água.

Reparem, as receitas arrecadadas com a tarifa da água aumentaram cerca de um milhão quatrocentos e cinquenta e seis mil euros, (mais de 43% face a 2022).

As receitas arrecadadas com a tarifa variável da água, aumentaram cerca de um milhão trezentos e setenta e nove mil euros (mais de 15,2% face a 2022).

As receitas arrecadadas com Saneamento - Tarifa Fixa, aumentaram cerca de quatro milhões trezentos e trinta e seis mil euros (mais de 193% face a 2022).

Importa referir que estes aumentos, não foram compensados pela diminuição em cerca de 3 milhões de euros da Tarifa de Utilização de Saneamento.

De facto, em termos globais regista-se um agravamento de mais de um milhão e quatrocentos mil euros, que foram suportados, na íntegra, não só pelas e pelos Almadenses, mas também pelo tecido produtivo que escolheu o nosso município para desenvolver a sua atividade.

Vejam bem, ao todo, os fluxos de caixa provenientes de clientes, atingiram mais de trinta e cinco milhões de euros em 2023, e o que é que isto representa? Apenas e só um crescimento de cerca de nove milhões de euros face a 2022. (O que se traduz num aumento de mais de 33% em termos anuais).

Senhora Presidente, Senhores/as Vereadores/as, termino esta minha intervenção sobre os SMAS, perguntando-vos, tal como o fiz aquando da discussão do orçamento, sentem-se confortáveis com o aumento absurdo de taxas cobradas?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

E acrescento: não vos incomoda as repetidas queixas das famílias Almadenses sobre os aumentos significativos na fatura da água? Não vos atormenta o facto de sobrecarregarem as famílias contribuindo para o aumento das dificuldades para fazer face às despesas, agravando substancialmente os custos com um bem básico e essencial?

São as perguntas que vos deixo em relação aos SMAS.

Uma primeira nota sobre a WEMOB.

Na página oito, a tabela reporta as onze Freguesias que existiam antes da reconfiguração imposta em 2012, quando na realidade deveria reportar às cinco uniões ou Freguesias agregadas que são as que hoje efetivamente existem. Tendo em conta que o Partido Socialista nada fez enquanto Governo para reverter esta situação, ou seja a reposição das Freguesias antes da reconfiguração de 2012, pareceu-me importante deixar aqui este reparo.

Diz-nos o documento na página treze que as receitas do Parque da Paz em 2023, foram de 1175 euros, e uma vez mais, o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia a proposta para que este parque, seja totalmente gratuito aos dias de semana e eventualmente pago ao fim de semana.

Não temos a menor dúvida, de que esta seria mais uma forma de incentivar a utilização dos transportes públicos e mais, permitiria a realocação de trabalhadores a outros parques e zonas de estacionamento, onde podem ser efetivamente mais úteis.

Com uma ridícula receita média diária de três euros e vinte e dois cêntimos, sendo os custos associados à manutenção e fiscalização deste espaço certamente muito superiores, quando o que se pretende é que esta empresa seja uma entidade promotora da mobilidade sustentável, quando as e os Almadenses são confrontados com uma cada vez maior dificuldade de estacionamento, quando o que se exige é a criação de verdadeiras Interfaces de transportes coletivos e conseqüente incentivo à utilização do transporte público, parece-nos que a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda faz todo o sentido.

Ou quiçá, estarão apenas a aguardar o fim do parque informal do Centro Sul, para que até mesmo as 3 primeiras horas de gratuidade deixem de ser asseguradas e passe a ter os custos normais de qualquer parque de estacionamento em Almada?

É de saudar o facto da WEMOB ter atingido finalmente o desejado equilíbrio financeiro em 2023, não deixando, contudo, de suscitar preocupação o facto de continuarem a ser as coimas a principal componente das receitas (cerca de 32%, tal como referido na Página 24).

Saudamos o aumento do investimento em formação que, em 2023 atingiu mais de vinte cinco mil euros, isto traduz-se num investimento na qualificação dos seus recursos humanos em pouco menos de duzentos e dez euros por trabalhador.

Queremos acreditar que, em 2024, este valor poderá e deverá ser revisto, não só para assegurar a correta implementação dos desafios aludidos no documento, mas também como contributo para a contínua melhoria dos trabalhadores da WEMOB.

Em relação ao documento em análise termino com mais duas questões sobre duas das rubricas nas páginas 33 e 34.

Expliquem-nos por que motivo as dívidas a fornecedores (tem um crescimento de mais de 35%) ou seja, um aumento nas dívidas a fornecedores de mais 25.000 euros, face à situação de trinta e um de dezembro de 2022.

Outra questão e última, que gostaríamos de ver devidamente esclarecida, é o porquê de um acréscimo de mais de 30% na rubrica “outras dívidas por pagar” ou seja, regista-se um aumento de mais de cento e um mil euros face à situação de 31 de Dezembro de 2022 na referida rubrica de “outras dívidas a pagar” o que queremos que nos expliquem é o porquê, e quem são afinal estes credores.

Em relação ao documento que nos é apresentado pela Câmara Municipal de Almada.

De acordo com mapas disponibilizados pela Câmara Municipal, as e os Almadenses pagaram mais quatro



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

8.

milhões e trezentos mil euros do que estava originalmente orçamentado em 2023, (falamos em mais 6,7%) sendo que, parte significativa destas receitas, têm origem no imobiliário e na especulação, infelizmente com a convivência deste Município.

Ainda de acordo com os mapas disponibilizados, o valor das rendas de habitação auferidas pelo Município em 2023, ascendeu a um milhão duzentos e vinte e três mil euros.

É simplesmente o maior valor de sempre, 58,4 % superior ao valor originalmente orçamentado, esperemos, que nos consigam explicar a que se deve este aumento.

Tal como queremos que nos expliquem, porque é que, dos mais de um milhão e oitocentos mil euros, orçamentados em termos de receita para o HIRU, (falamos do Porta de Entrada) apenas terem sido recebidos quarenta e um mil euros.

Digam-nos por que motivo, dos mais de oito milhões de euros que se esperavam receber do PER para Habitação, apenas tenham sido recebidos pouco mais de cinco milhões.

Portanto, como é que justificam esta quebra em termos de receita para um sector tão importante como é o da habitação, e qual o impacto para tantas famílias que em Almada, vivem em habitações sem as condições dignas a que têm direito.

Expliquem-nos já agora, o que é que falhou na transição digital, para que os mais de dois milhões e trezentos mil euros, que se esperavam receber em sede de PER, não tenham passado de uma miragem?

Ainda relativamente ao PER, foram recebidos apenas pouco mais de setecentos mil euros, destinados às respostas sociais, quando o valor esperado era superior a três milhões e setecentos mil euros.

Repito, recebidos pouco mais de setecentos mil euros dos 3,7 milhões previstos para respostas sociais, como é que se justifica isto?

Queremos também, que nos expliquem o porquê dos cento e sessenta mil euros de receitas destinados ao Fundo Ambiental não terem sido auferidos.

Dizer-lhe Senhora Presidente, que é extremamente preocupante, que nos pontos 2.3.2.2, códigos 1,2,3 e 4, todos os planos de investimento para comunidades desfavorecidas no nosso Município sejam fortemente impactados com cortes que se propagarão até 2027.

E estamos a falar de menos um milhão seiscentos e quarenta mil Euros de investimentos para as comunidades desfavorecidas da Caparica-Trafaria, e menos cerca de seiscentos mil euros de investimento para as comunidades desfavorecidas da Costa da Caparica.

Tal como é preocupante o esvaziamento em cerca de novecentos e cinquenta mil euros do programa renda segura, o que é crítico, tendo em conta os desequilíbrios do mercado residencial em Almada.

E dificilmente encontramos explicação para menos duzentos e cinquenta mil euros de investimento com fundos do PRR para o realojamento de famílias das terras da Costa.

Outra explicação que nos parece de relevante importância, porque não conseguimos perceber quando analisamos o documento, é onde foram adquiridos os seis milhões de euros de fogos sinalizados na rubrica aquisição de fogos PRR, ou o que levou ao abandono do programa de reabilitação do parque habitacional do município, pelo menos é o que concluímos quando vemos que cerca de setecentos e vinte e cinco mil euros não tiveram cabimento na versão corrigida.

Senhora Presidente, sempre que analisamos estes documentos, são muitas as dúvidas suscitadas, seleccionamos algumas rubricas que nos parecem mais relevantes e sobre as quais fazemos perguntas, e nunca, nunca Senhora Presidente, ficamos devidamente esclarecidos, ou porque ficam sem tempo para responder, ou simplesmente não querem, ou não conseguem fazer-lo, mas seria importante que o fizessem, para esclarecer devidamente, não só as e os Deputados, mas sobretudo as e os Almadenses que sofrem as consequências das vossas escolhas políticas e querem perceber o porquê.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.1.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tal como em anos anteriores a apreciação do Relatório e Contas da Câmara Municipal de Almada de 2023 não nos traz nada de novo, antes adensa cada vez mais, as nossas preocupações pelo caminho para onde este executivo municipal PS, sempre com o apoio do PSD, nos está a conduzir.

Seis orçamentos municipais e respetivos relatórios e contas em que sistematicamente, se registam desvios consideráveis entre o que se orçamenta e se executa, só podem resultar de um enorme desrespeito pelos cidadãos do nosso Concelho.

Cerca de 1/5 do orçamento global da despesa não foi executado, sendo que este nível de não execução orçamental é consideravelmente superior quando se trata da execução de despesas de investimento fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes, ao nível da habitação, da educação, dos equipamentos sociais, culturais e desportivos a que todos devemos ter acesso e ao nível da mobilidade rodoviária dentro e para fora do Concelho. Nas despesas de investimento executadas pelo município em 2023, esse nível de execução foi de apenas 51,3%. A Câmara Municipal orçamentou de investimento para o último ano 34,8 milhões de euros e executou apenas 17,9 milhões de euros.

É verdade que o orçamento municipal tem crescido nos últimos anos em termos absolutos, bem visível no aumento das despesas com pessoal, mas não tem sido pelo maior dinamismo do Município, não, disso não se pode orgulhar o executivo do PS em Almada, esse crescimento tem resultado apenas da forma irresponsável como o PS tem vindo a aceitar as transferências de competências que o Governo Central lhe tem vindo a propor e que agora, vai avaliar o seu impacto, como dizia a senhora Presidente há pouco.

Por norma esta Câmara Municipal investe metade daquilo que promete e orçamenta para cada ano, apesar daquilo que orçamenta ser já muito pouco para as necessidades dos nossos munícipes.

Tudo isto é bem visível nas mais variadas rubricas do Plano Plurianual de investimento em que em muitos casos os níveis de execução são inferiores a 50%.

Dirão alguns que se é claro o atraso na implementação de algumas obras e projetos prometidos, com mais ou menos atraso eles vão surgindo no terreno. Mas nem isso é verdade, porque aquilo a que vimos assistindo com essas obras entretanto concluídas, é que depois de terem demorado tempo a irem para o terreno, percebe-se agora que nos seus projetos foram ignoradas intervenções paralelas indispensáveis – os chamados serviços afetados – e depois deu no que deu.

Foi assim que assistimos no ano passado, à implosão da rotunda do Texugo, porque quando se pavimentou apressadamente aquele troço, não se acautelou a necessidade, para que tinham sido alertados em devido tempo, de substituir a adutora que ali existia.

A preocupação deste executivo municipal nessa altura, era o mais rapidamente possível fazer ali qualquer coisa, neste caso uma rotunda, que justificasse a destruição e o desaparecimento da 1ª escola primária construída no nosso Concelho depois da implantação da 1ª República. Ainda hoje não percebemos o que é que justificou tamanho atentado contra o nosso património, da mesma forma que não entendemos a impunidade dos responsáveis por ele. Não é caso único, convenhamos no nosso Concelho nos últimos anos.

Um ano depois, mais de um milhão de euros gastos por manifesta má gestão e incúria do atual executivo municipal, com enormes transtornos para as populações servidas por esta via que atravessa a Sobreda, as obras arrastam-se apesar do executivo municipal há muito ter anunciado a sua conclusão para breve. Um dia será.

É assim na antiga EN 10-1, como é na antiga EN 377, repavimentada por um empreiteiro ao serviço da REN, como contrapartida pela autorização pelo Município da colocação de uma rede de muito alta tensão no seu subsolo, na qual vamos assistindo a constantes ruturas e abatimentos.



Afirmámo-lo na altura e reafirmámo-lo hoje, a defesa dos interesses da REN não podem justificar que se ponha em risco a vida dos trabalhadores que permanentemente são chamados a ali intervir e a vida das populações que residem próximo desta via, quando outras soluções bem mais ajustadas estavam e estão disponíveis.

Ao mesmo tempo que obras destas avançam contra os interesses da nossa população, o tempo passa e as suas verdadeiras promessas, aquelas com que encheram a boca em campanhas eleitorais: da resolução dos problemas da habitação para os muitos jovens que sofrem para terem o seu próprio teto e para os muitos cidadãos que vivem em habitações precárias, da implementação dos planos de Urbanização da Cidade da Água e do Ginjal, do MST à Costa da Caparica, do Innovention District, da resolução dos problemas de mobilidade no interior do Concelho e no acesso a Lisboa, não se vê ao fim destes quase 7 anos, qualquer luz ao fim do túnel.

Com o problema da habitação a atingir níveis de gravidade nunca antes vistos, já que aos persistentes problemas de habitação dos mais pobres que vivem em casas abarracadas ou degradadas, se junta agora a falta de habitação para os jovens e para aqueles que chegam de novo ao Concelho, confrontados com o valor elevadíssimo das rendas cobradas e das prestações mensais pelos empréstimos à habitação, o risco de muitas famílias poderem entrar em situações de incumprimento e terem de voltar para a casa dos pais, procurar habitação fora do Concelho e até da Área Metropolitana, é cada vez maior.

Perante este quadro gravíssimo que afeta potencialmente várias dezenas de milhares de famílias, assistimos à paralisia da Câmara Municipal PS, que há seis anos vem prometendo construir habitação a rodos, mas que não conseguiu construir um fogo sequer e assistimos ao lançamento de um programa municipal de apoio ao arrendamento, através do qual 60 famílias receberam um apoio municipal para pagamento das suas rendas durante 6 meses (vale a pena lembrar que existem no Concelho mais de 20 mil famílias com contractos de arrendamento, pelo que este apoio terá chegado a 0,3% destas famílias).

Perante esta gritante incapacidade de enfrentar o problema da habitação no Concelho, o executivo municipal argumenta em sua defesa, com os enormes avanços que vem dando, como por exemplo, a aprovação de uma pioneira estratégia local de habitação que prevê a construção num período de 6 anos (entre 2021 e 2026) de 1006 fogos e a reabilitação de 1270 fogos num investimento total de 170 milhões de euros.

Ora no passado fim-de-semana, os leitores mais atentos deverão ter lido a notícia do Jornal Expresso que falava em 4 Municípios que já receberam metade dos 186,9 milhões de euros do PRR para habitação, são eles Lisboa, Seixal, Setúbal e Vila Real de Santo António. Fomos atrás da notícia, entrámos no Portal da Transparência que acompanha a execução do PRR e não só confirmámos os dados apresentados pelo Expresso, como confirmámos que Almada tem aprovado pelo PRR apenas 17,7 milhões de euros, que permitem construir ou comprar cerca de 104 fogos até ao verão de 2026 (21 foram já comprados em 2023).

O que tem o executivo municipal a dizer-nos em relação a esta situação?

Por que razão o Município com tantas necessidades de habitação apoiada e acessível tem uma candidatura tão pequena?

Onde vai o Município arranjar o dinheiro necessário para completar esta sua parte da Estratégia Local de Habitação, já que a aquisição de 900 fogos custa cerca de 153 milhões de euros e a candidatura ao PRR cobre apenas a necessidade de comprar 104 fogos?

Colocados perante a disponibilidade atual e nos anos mais próximos de um montante de recursos financeiros comunitários como nunca tivemos, a inação demonstrada pelo atual executivo no aproveitamento destes recursos financeiros, custar-nos-á caro a todos os cidadãos deste Concelho.

A resolução de muitos dos problemas locais que enfrentamos, exigem uma outra qualidade de intervenção, um outro empenho e uma proximidade com os interesses do povo e dos trabalhadores, que este executivo tem mostrado não ter e tal vez mais grave do que isso, nem quer ter.

Como em outras oportunidades já aqui afirmámos, com a atual gestão do PS em Almada, haverá certamente quem ganhe, mas não são seguramente os trabalhadores, não são os jovens, não é a população idosa, não é o movimento associativo, cultural e recreativo, não é a comunidade educativa e não são as instituições



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

particulares de solidariedade social. Estes todos os dias perdem, vendo os seus interesses permanentemente defraudados.

Agora que nos preparamos para comemorar os 50 anos do 25 de Abril, apesar de sentirmos que o nosso Concelho atravessa o período mais difícil depois dessa revolução libertadora que foi o 25 de Abril de 1974, temos a profunda convicção, que os cravos de Abril ainda voltarão a florir neste Concelho, para regozijo do povo de Almada.”

7.1.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em relação aquilo que foi o Relatório apresentado da Atividade dos SMAS, aquilo que queremos realçar é o facto de no ano de 2023, os SMAS terem tido um resultado positivo de cerca de 520 mil euros, contrariando aquilo que era o resultado negativo de 1,5 milhões de euros do ano transato.

E é neste contexto que nós observamos que há um esforço por parte dos SMAS, de ter uma gestão mais eficiente da água, isso traduz-se no facto de se verificar que, apesar de haver uma maior quantidade de água que é tratada nos seus sistemas de tratamento e fluentes, há uma redução naquilo que é o custo da eletricidade associada, o que traduz uma gestão eficiente.

Verificamos também, que houve um incremento de cerca de 600 mil metros cúbicos de água que foi faturada, o que denota também, o dinamismo económico e social que o Município atravessa.

E gostaríamos de questionar neste contexto em que nós falamos em moneais de uma gestão mais eficiente da água, de haver um cuidado na poupança da água, a água é um bem escasso, as alterações climáticas bem o demonstram que se trata cada de um recurso cada vez mais escasso e queremos também questionar o Município de Almada de que medidas é que estão previstas de curto ou médio prazo para que a água continue a ser um bem acessível a todos os almadenses.”

7.1.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Beatriz Leal Ferreira (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, o PSD destaca o equilíbrio das contas da Câmara Municipal, com elevadas taxas de independência financeira e capacidade de cumprir os seus compromissos a médio e longo prazo.

Mesmo com o rescaldo da pandemia e a subida dos custos com fornecimentos e serviços, causada pela inflação, mais a instabilidade de uma guerra na Europa, o facto de continuarmos a fazer política salvaguardando a capacidade de investimento e garantindo sempre fundos de emergência foi e continua a ser determinante.

No entanto, o PSD entende que Almada ainda pode ser mais ambiciosa, sobretudo na capacidade de ter em carteira mais projetos de investimento com estudos já realizados, planos de viabilidade e parceiros definidos.

Assim, à medida que vão sendo abertas as candidaturas a linhas d crédito e a fundos, podemos aproveitar rapidamente as oportunidades se acelerar alguns processos de transformação do território.

Por outro lado, se mantiver o atual método que se reflete hoje nos documentos analisados, vamos continuar a correr atrás do prejuízo e é claro que as taxas de execução das obras e a forma como estas se têm desenrolado, nunca serão as desejadas.

Uma iniciativa que para o PSD também é relevante e que mais uma vez não vemos espelhada totalmente neste Relatório, é a captação de investimento privado. A missão do Poder Local não é criar riqueza para si e não é dar emprego. O Poder local serve para gerir a coisa pública e deve ajudar a multiplicar oportunidades de receitas através de negócios que se queiram desenvolver em Almada.

A capacidade de atrairmos empresas qualificadas para o Concelho, depende de sabermos acolher quem quer investir, isso inclui melhor processo de licenciamento, dar resposta quando as perguntas são feitas e cumprir promessas feitas em reuniões à porta fechada com investidores.



Se nas obras publicas as demoras sucedem-se, pelo menos que nas obras privadas a Câmara Municipal cumpra a sua missão.

Este relatório é PRR do princípio ao fim, e nós temos que ter a economia a reagir porque o PRR não é infinito.

No Relatório, o processo do 2º Torrão é referenciado várias vezes, mas fora deste documento ainda há muitas ações que faltam tomar, e considerando o tempo que já passou, já deveriam ter sido tomadas em 2023.

Em outubro de 2022, iniciou-se o processo de realojamento das 65 famílias que viviam em risco na zona da vala de drenagem, foram encontradas soluções habitacionais seguras para estas pessoas, mas foram também prometidas novas construções de casas para proporcionar ambientes estáveis a estas e a mais famílias. O que se verifica, é que as soluções temporárias que servirão por um período de cinco anos, ameaçam esgotar-se sem que nem uma parece tenha sido erguida, já passaram dois anos da assinatura deste protocolo sem que o Município tenha conseguido iniciar a obra.

O Departamento de Obras da Câmara Municipal de Almada, foi ágil na demolição destas casas do 2º Torrão. Mas a agilidade não se pode ficar por aqui, de projetos, de planos, estudos, temos que passar para a construção se não falhamos mais uma vez estas famílias.

Ainda sobre o 2º Torrão, depois da demolição destas casas, outras casas surgiram noutros locais, mas não muito longe. É obvio que o Bairro continua a crescer com novas casas precárias, com barracas e até com construções de traça moderna. E se o perigo de desabamento da vala já não se poe para estas pessoas, continua em cima da mesa a manutenção de condições de vida indignas. Se a fiscalização da Câmara Municipal não controla ou procede à sua demolição, a fiscalização da Câmara Municipal pactua com esta indignidade. Acabar com um problema para deixar que outro surja, peço desculpa, mas não é forma de gerir um Município.

Tive ainda a oportunidade de fazer uma análise comparativa entre o Relatório de 2023, e o Relatório de 2022. E constato que são inúmeras as entradas muito semelhantes em ambos os documentos, nomeadamente, no que requer à gestão do património da Câmara Municipal. O que é por um lado perfeitamente compreensível quando em 2022 faz os contratos de aquisição e em 2023 os mesmos são concretizados e são concluídos, e isto é muito visível por exemplo, nas obras de manutenção do património habitacional municipal que têm sido levadas a cabo.

Destaco um lote de terreno cedido ao Município pelo IHRU, por trás da Escola Cacilhas Tejo, que apenas podemos depreender que seria para construção de habitação municipal. Em 2022, este terreno foi cedido pelo IHRU e em 2023 o terreno foi registado a favor do Município, em 2024, as imagens satélites, mostram que o terreno em causa mantém as mesmas ruínas, o mesmo matagal e o mesmo descampado que tem há várias dezenas de anos.

O que é que eu posso concluir daqui? Que em dois anos, o Município de Almada conseguiu apenas avançar com o registo do terreno na Conservatória. E a pesquisa não ficou por aqui, tentei ver nas reuniões de Câmara, tentei ver no site da Autarquia e não encontrei nenhuma informação sobre as intenções da Câmara Municipal para este terreno.

Elogiamos o apoio financeiro ao arrendamento aprovado em 2023, mas este apoio é por seis meses, dá naturalmente, alguma margem às famílias, mas se a sua situação se agravar ou se mais alguma urgência surgir como foi o caso do 2º Torrão, a Câmara Municipal tem que ter mais casas disponíveis e um plano de ação devidamente calendarizado, com prazos exequíveis, mas medidas ágeis.

Sobre o Relatório e Contas de Gerência dos SMAS, destacamos o investimento realizado na melhoria de eficiência energética, que permite fazer face ao aumento de consumos e ao aumento de tratamento de águas residuais, mas com menos consumos de energia.

Relativamente ao Museu da Água, saudamos a iniciativa porque nem sempre é vista como uma forma de investimento público. Queremos ver mais iniciativas como esta, de responsabilidade social e de retorno à comunidade por parte de empresas da esfera pública. Não podemos exigir aos privados a responsabilidade de enriquecer a comunidade, quando o setor público também não assume esse compromisso.

8.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deixamos a sugestão sobre o funcionamento do Museu que é mais do obvia e tem sido manifestada por milhares de almadenses no espaço público e nas redes sociais. Funcionem aos fins de semana, funcionem aos feriados.

Da segunda à sexta, das 10H00 às 17H30, são horários de funcionamento que não se coadunam com a realidade das famílias almadenses e é para eles que governamos e não só para excursões de escolas.

Termino com uma breve análise do Relatório e Contas da WEMOB, onde destacamos a recuperação financeira da empresa depois do período da pandemia, uma maior execução do programa de veículos em fim de vida e a modernização dos serviços de atendimento. Existindo esta empresa municipal, esta deve facilitar a vida às pessoas e não a dificultar.”

7.1.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O documento de prestação de contas dos SMAS confirma a fraca capacidade de investimento que tem caracterizado estes serviços desde 2018, primeiro ano pleno da atual maioria PS, acrescentando à insuficiência das dotações orçamentais para investimento, que a CDU denunciou à partida, a insuficiência da execução, que se situou em apenas 57% daquilo que foi o compromisso assumido com a população de Almada.

Importa reter, também, que este relatório confirma a denúncia da CDU, relativa aos brutais aumentos dos preços da água e do saneamento, impostos pela atual maioria em 2023 aos Almadenses. Em concreto, no abastecimento de água, as receitas aumentaram mais ou menos, 2,84 milhões de euros (1,46 M€ na tarifa fixa e 1,38 M€ na tarifa variável), e no saneamento básico mais ou menos 1,40 milhões de euros (4,34 M€ na tarifa fixa e 2,94 M€ na tarifa variável). Entre tarifas da água e tarifas de saneamento, são mais cerca 4,23 milhões de euros.

De nada vale a maioria dizer que este foi o maior investimento dos últimos anos – fala em 5,2 milhões de euros – quando olhamos o detalhe das contas e verificamos que quase 700 mil euros foram investidos no arranjo exterior da Av. Cristo-Rei (arranjos exteriores não é uma competência dos SMAS, mas da Câmara Municipal), e outros quase 700 mil euros foram investidos na renovação do Museu da Água.

Sabemos que não há investimento bom e investimento mau. Mas há investimento adequado e investimento menos adequado (às necessidades concretas, obviamente). E se ao investimento anunciado pela maioria PS retirarmos a parte gasta nos arranjos exteriores da Av. Cristo-Rei (que deviam ter sido executados pela Câmara Municipal), lá se vai, até, o argumento do maior investimento dos últimos oito anos.

Estas realidades, entre outras, conduzem, necessariamente, à rejeição das contas apresentadas, e ao consequente voto contra por parte da CDU.”

7.1.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao documento dos SMAS, o documento diz-nos que em 2023 houve um aumento no consumo de água relativamente a 2022, também no seguimento do que o Deputado Municipal Sérgio Bastos referiu, e este é um dos dados mais importantes do documento na nossa perspetiva numa altura em que devíamos estar na trajetória oposta, ou seja, na redução do consumo de água.

Março de 2024 foi o mais quente a nível global de qualquer outro mês de março desde que há registo, março de 2024 é o mês de records de temperaturas sucessivos.

Em abril temos tido dias de 30 graus pode aparecer agradável, mas é um péssimo sinal que o ambiente nos está a enviar, é o 10º mês seguido a bater records, há quase um ano todos os meses têm sido sucessivamente os mais quentes de sempre comparando com os valores conhecidos para a mesma época. Já não devia haver dúvidas para ninguém que vivemos numa emergência climática e que a água potável disponível é cada vez mais escassa sendo Portugal um país muito vulnerável à seca extrema.



Assim, gostaria de saber o que está a ser feito para reduzir o consumo de água e se há dados cerca dos setores que mais utilizam água potável em Almada?”

7.1.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta revisão orçamental surge num quadro da linha daqueles que são os maiores orçamentos de sempre da Câmara Municipal de Almada, e mais uma vez é a prova deste executivo municipal em fazer evoluir Almada.

Numa análise estritamente financeira, há que frisar desde logo, dois aspetos basilares. O Município de Almada em 2023, cumpriu com as regras do equilíbrio orçamental definida no Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidade Intermunicipais, e que o ano de 2023, apresentou o mais alto grau de execução na assunção de compromissos e pagamentos.

Estas decorrências acabam de ser também aqui hoje, clarificadas pela Presidente da Câmara Municipal de Almada. Ora, por um lado, das transferências correntes, que totalizaram 19,7 milhões de euros, onde o aumento é justificado em 3,6 milhões de euros pelo social e pela educação, com o alargamento do horário pré-escolar e dos contratos de delegações de competências nas escolas, mas também das instituições sem fins lucrativos de atuação ao nível da ação social.

Neste sentido, a análise dos rácios económico-financeiros, revelam de facto, uma autonomia financeira do Município elevada de 91%, o que demonstra que a saúde financeira da Câmara Municipal, não está em risco.

Na análise destes resultados, agora numa consideração política do exercício, estes valores financeiros permitem caminhar, caminhar efetivamente, no sentido dos investimentos em prole da melhoria efetiva da qualidade de vida dos almadenses. No concreto o plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal de Almada, apresenta-se como determinante, determinante para concretizar as políticas públicas necessárias na área da saúde, por exemplo, é urgente avançar de facto, com a construção da unidade de saúde da Costa da Caparica e da unidade de saúde do Feijó.

Já na vertente educação, foi este executivo municipal que finalmente previu a requalificação da Escola Secundária António Gedeão e é um investimento crucial como já tem vindo a ser feito com o avanço da obra da Escola Maria Rosa Colaço.

Para a área da mobilidade urbana e do estacionamento, é importante continuar a avançar com a construção de parques para garantir respostas aos munícipes. Desde logo com menores custos previsíveis, aproveitar também o que já está edificado, exemplificando como já aqui foi falado numa outra Assembleia Municipal, a referida eventual, oportunidade de aproveitar o espaço do Mercado do Levante, para durante a semana laboral ser aberto para efeitos de estacionamento.

Durante a semana aquele espaço acaba por ser um mono e é uma mais-valia para os munícipes e comerciantes daquela zona.

De forma adicional sobre o parque de estacionamento do Parque da Paz levantado aqui pelo Bloco de Esquerda, que tem um valor arrecadado baixo, ora bem, só valida a boa decisão de colocar 3 horas gratuitas aquele parque de estacionamento ou aqui o Bloco de Esquerda preferia ter mais um aterro de carros estacionados de forma abusiva na via pública? Eu creio que não, aquele espaço também não serve para isso, serve para servir o Parque da Paz e quem ali frequenta aquele espaço. Talvez não faça sentido de facto, para ninguém.

Avancemos com soluções para resolver os problemas fazendo proveito desta viabilidade financeira inclusive do que já está também edificado como aqui exemplifiquei.

Mas na componente do desporto, é necessárias manutenções urgentes e necessárias tanto no Complexo Municipal dos Desportos, ou das piscinas da Charneca de Caparica e destacar aqui o relevante designio de requalificar os dois Polidesportivos por ano, um objetivo claro com resultados efetivos na vida dos almadenses. Neste particular, assinalar aqui o Polidesportivo da Casa Amarela no Laranjeiro, que é um recinto que de facto,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

merece essa intervenção de melhoria, mas também vários outros que foram votados ao abandono durante vários anos, pelos executivos da Câmara Municipal, liderados pela CDU.

É tempo de avançar, de agir na concretização dos investimentos necessários, numa Almada que é de facto, território de muitos, mas onde o serviço público é em prole de todos.”

7.1.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS muito rapidamente vai deixar o seu sentido de voto relativamente aos 3 documentos.

Mais uns relatórios de uma gestão que nós entendemos que é uma gestão de faz de conta, onde tudo está por fazer, e onde o investimento é mascarado por muita incompetência e por muita falta de jeito.

Mas de qualquer forma eu não posso deixar de deixar aqui umas breves palavras.

Eu estava a ouvir a intervenção da Senhora Presidente, e confesso que fiquei na dúvida se estava na Assembleia Municipal ou numa assembleia de acionistas, onde no final todos os presentes de pé aplaudissem a sua gestão a favor da capitalização da empresa.

Pena é que a Senhora Presidente não tenha compreendido que está a liderar uma instituição cujo lucro se avalia pela qualidade e pela quantidade de servir e de prestar os seus munícipes e a melhoria das realidades no Concelho. Ou seja, está a fazer a sua gestão para que as pessoas possam ser mais felizes.

Não se orgulhem da gorda conta bancária que a Câmara Municipal tão zelosamente faz crescer.

Senhora Presidente, a não ser que esteja a pensar instalar a Euro Disney em Almada, não lhe fica nada bem vir tipo tio patinhas. É que se estas poupanças são conseguidas à custa primeiro do aumento das transferências do Estado por aceitação das transferências e de competências, por outro lado, paradoxal e responsabilmente, pela falta de investimento.

Senhora Presidente, o CDS irá votar contra os 3 documentos apresentados.”

7.1.2.9 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, visivelmente não leu o Relatório e não ouviu o que eu disse, é que eu acabei de dizer que o ano passado nós tivemos um resultado operacional negativo de 16 milhões de euros. Portanto, a conta bancária não está a aumentar, está a diminuir. E sabe porquê? Porque gastamos mais do que recebemos, porque estamos a investir mais do que recebemos, é essa a realidade.

Portanto, não, não vamos fazer uma Disneylândia, de facto, não vamos, mas agradecia e refiro-mo ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, mas já vi que é um mal generalizado, é que ao menos lessem corretamente o Relatório e não viessem aqui dar dados ou fazer interpretações que são totalmente o oposto do que está escrito e do que é demonstrado. Eu da parte do Senhor Deputado Municipal José Lourenço já estou habituada, são realidade alternativas.

Portanto, acho que não vale a pena continuar a ter aqui um confronto, Almada nunca investiu tanto e o Senhor Deputado José Lourenço diz que é uma desgraça que nunca investimos tão pouco.

Poderá continuar a dizer, ele tem a sua visão e nós temos os factos que são aprovados pelo fiscal de contas são oficiais, mas o Senhor Deputado José Lourenço tem a sua visão alternativa. Olhe, seja feliz com ela, é a única coisa que lhe posso dizer.

Relativamente ao Senhor Deputado Municipal José Rocha. Eu estava à procura do montante que disse relativamente às rendas. Mas eu volto a dizer, eu fiz uma conta rápida, eu acho que estão em média uma renda pública, entre os 40 e 60 euros por fogo e por casa, em média. O que eu acho que todos concordarão, é no mínimo abaixo da média das rendas sociais que estão aliás, tabuladas. Eu posso tentar fazer milagres, mas eu de facto, não sou Cristo e não faço a multiplicação dos pães. Portanto, se nós não temos rendas, se diminuimos



impostos e se que querem que a gente invista mias, há um momento em que, expliquei-lhe como é que se faz, eu acho que temos demonstrado conseguir fazer uma gestão que permite investimento e por outro lado que, naturalmente também, não desguarnece a Câmara Municipal e lhe dá outra solidez até para ter resultados operacionais negativos e saldos de gerência para cobrir esses resultados felizmente.

Relativamente ao PRR, eu aqui respondo a todos aqueles que nos ouvem e eu vou ser clara.

Foram entregues no IHRU, só para habitação, candidaturas que totalizam investimentos para a construção de 531 fogos, num montante global de 47 milhões de euros para uma despesa ilegível de 45 milhões de euros.

Felizmente, os almadenses sabem que nós só prometemos aquilo que conseguimos cumprir e estava eu a dizer, estas foram as candidaturas entregues, aguardamos resposta ainda em muitas delas, nós e os outros Municípios. O tempo está a correr e isso obriga-nos todos a refletir muito seriamente, na forma como vamos assumir compromissos, sem ter garantia de candidaturas, também, e isso é uma reflexão que não somos só nós, é a Área Metropolitana no seu conjunto que está a fazer e é inclusivamente a Associação Nacional de Municípios também que está a fazer.

Portanto, isto é uma preocupação partilhada entre os vários Municípios. Só mesmo por tacanhez espiritual é se recusa a ver que temos aqui um desafio nacional.

Relativamente ao investimento privado, à Senhora Deputada Beatriz Ferreira. Senhora Deputada, eu não posso estar mais de acordo, que temos estado a estimular investimento privado, basta ver todos os grandes projetos que têm passado pela administração urbanística a começar pelo Almargem e que se vão concretizando e que eu espero que possa começar a obra em breve. Mas isto é uma apresentação de contas do Município, portanto, como tal, permita-me que lhe diga, não faria sentido colocar um número de investimentos privados nas contas do Município. Na Atividade com certeza, mas aqui é contas do Município e é bom não misturarmos.

Outra questão, todas famílias foram retiradas do 2º Torrão, estão realojadas e estão realojadas em muito melhores condições. E sempre dissemos, que a construção ia demorar o seu tempo como é obvio e não há ninguém que consiga construir casas em meia dúzia de meses, ninguém. Portanto, como a construção iria exigir no mínimo dois ou três anos, é essa questão que estamos a ver e depois ainda temos que ir conversar e foi isso que foi dito, com cada uma das famílias. Mais, eu até disse, que é obvio que uma família que vai e há famílias que não estão realojadas no nosso Município, e que são realojadas noutros Municípios e que lá estão dois ou três anos, instalam os seus filhos na escola, que criam novos ritmos, essas famílias nós devemos poder depois, na altura conversar com elas. Portanto, isto não é linear. Sempre dissemos que não era linear e que essa questão depois tinha que ser vista porque cada caso é um caso.

Relativamente ao terreno atrás da Cacilhas Tejo, tem razão. Acontece é uma coisa, é que esse terreno quando foi aceite era para habitação acessível, acontece que, entretanto, ficamos com os compromissos todos do PRR com uma atribuição a 100% para arrendamento apoiado, ou seja, o arrendamento mais baixo.

Neste momento, o arrendamento acessível, só por empréstimo, nós já temos grandes lutas em conseguir assegurar todos os investimentos e todas as empreitadas que temos que lançar. Não me parece que seja a altura para lançar mais este, porque há um momento e as equipas e todos os serviços também têm limites. Agora uma coisa lhe digo, a carteira de projetos está a avançar e está a avançar bem, e estamos todos a lutar para que o máximo possível possa ser feito até 2026, mas não nos iludamos, com o mercado como está, com as dificuldades até que os próprios empreiteiros e os próprios ateliers da arquitetura estão a ter com a falta de capacidade de dar resposta, temos muitas dúvidas que consigamos todos cumprir até 2026, não por falta de esforço, mas sim porque há limites para aquilo que se pode pedir aos Municípios, às equipas e aos próprio mercado. Portanto, é um desafio que temos pela frente sem dúvida nenhuma, e esse desafio vai ser apontado coletivamente, porque não o problema de um só Município.

7.1.2.10 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Para além das ações de sensibilização que os SMAS fazem na poupança da água, posso dizer também que o aumento do consumo da água deveu-se muito sobretudo aos novos clientes, porque o consumo médio mantém-se inalterado e, portanto, não existe nenhum aumento per capita do consumo da água.

A própria criação do Museu da Água insere-se numa política de sensibilização dos jovens para que efetivamente, aprendam que a água de facto, é um bem escasso, um bem precioso que é preciso cuidar e poupar.

Naturalmente, relativamente ao Museu da Água estamos a trabalhar no sentido de podermos criar as condições para estar aberto durante o período de fim de semana e feriados, é um esforço uma vez que também não temos a agilidade que os privados têm, no entanto, estamos a trabalhar para rapidamente ou tão logo quanto possível possamos abrir e responder a esses anseios e necessidades da população.

Relativamente ao fluxo de caixa, aquele grande aumento, o que se trata é da cobrança da TGR que é repassada para a Câmara Municipal, o aumento dos SMAS, da receita, deveu-se naturalmente, pelo ajuste do tarifário da água, mas também naturalmente, pelos novos clientes, não é um aumento exponencial, o aumento exponencial foi efetivamente, do tarifário social. Eu percebo que não queiram relevar isso, faz parte da política, mas naturalmente, o tarifário social é de facto uma grande conquista da população e consubstancia um esforço grande, passamos de cento e tal mil euros de apoio social para dois milhões de euros. Acho que é de facto um serviço público que é preciso enaltecer. Percebo que não o façam, faz parte da luta, mas acho que é de relevar e de enaltecer.”

7.1.2.11 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que o PRR traz é a monitorização dos projetos que estão aprovados e que estão a avançar. Eu convido qualquer Deputado a entrar no PRR e ver Almada, ver o que é que está aprovado. Não interessa, não vale de nada apresentar candidaturas sem projetos aprovados. E o grande problema desta Câmara Municipal, é que esta Câmara Municipal não tem projetos aprovados e por isso mesmo, na monitorização apresenta os valores que apresenta. Esta é a grande questão e não há volta dar. Não vale a pena quando não se tem argumentos, referir-se aos outros dizendo que estão a falar de realidades alternativas. Quem vive numa realidade alternativa é esta Senhora Presidente da Câmara, para azar de todos os almadenses, que apanham com uma Senhora, que destas matérias e não sei se de algumas, sabe muito pouco para azar de todos nós, esta é que é a grande questão. Porque nos investimentos, falando dos investimentos, olhando para o quadro de 2023, e podemos olhar para os anos anteriores e o quadro posso deixá-lo aqui à disposição de quem quiser, é muito claro, foram aprovados 34,8 milhões de euros orçamentados, foi executado 17,8 milhões de euros, isto é 51%. E este ritmo verifica-se desde 2018. Desde 2018 sistematicamente e não há ninguém capaz de desmentir, sistematicamente investe-se metade daquilo que se promete. Isto é inaceitável para os interesses dos almadenses, por muito que custe ouvir.”

7.1.3 – Para uma interpelação à Mesa nos termos do n.º 2, do artigo 51º, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS).

7.1.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço tinha 42 segundos e falou dois ou três minutos.

Se não sabe tem de remeter o Regimento ao Senhor Deputado.”

7.3.1.2 – Para prestar esclarecimentos usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Pedro Matias, para esclarecer porque essa questão diz respeito à condução dos trabalhos por parte da Mesa.



Aquilo que a Mesa tem feito é que, quando o tempo termina, sinaliza que o orador tem que terminar e tem dado obviamente tolerância a todos os oradores. Aliás, a Sessão está gravada, é ir ao Youtube e ver quanto tempo cada um dos oradores teve a mais e há uma coisa que posso garantir, não foi o Senhor Deputado Municipal José Lourenço que falou um minuto a mais do que aquele que tinha e de facto, a Mesa sinalizou que tinha que terminar, mas não foi dos oradores neste ponto quem superou mais o seu tempo, ainda assim a Mesa sinalizou no tempo que tinha de terminar e o Senhor Deputado terminou excedeu o seu tempo, e acho que vamos fazer um esforço para quando a Mesa pede para terminar que se termine, mas a tolerância que tem sido usada, tem sido usada com todas as forças políticas e isso é facilmente constatável na gravação.”

7.3.1.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Acabo de abrir aqui o Portal da transparência de que fala. À data de hoje, o valor de financiamento aprovado para Almada, são 25,8 milhões de euros, aprovado, do qual recebido já foram 4,5 milhões de euros. O que não invalida todas as candidaturas apresentadas e aceites, porque já agora convém explicar. Os Municípios apresentam as candidaturas e são aceites ou não são. Foram aceites. Agora aguardamos a resposta.

Portanto, com toda a transparência, o Senhor Deputado Municipal José Lourenço levantou-se para dizer exatamente aquilo que eu tinha dito. O que está publicado são as candidaturas aprovadas, não significa que não tenham sido apresentadas e aceites, aguardando nós a resposta dessas candidaturas. Só incluem a habitação e não todas as outras que vão nomeadamente ao nível das comunidades desfavorecidas.

Com clareza, com transparência e com frontalidade e com verdade, porque de vez enquanto também convém lembrar que é um dos valores de abril fundamentais.”

7.1.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.1 da ordem de trabalhos que foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 12 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 1 do eleito do CDS-PP; 5 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Documento de Prestação de Contas de 2023 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS), nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 15 de abril de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-174-GP.

7.1.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.2 da ordem de trabalhos, que foi aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 15 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP; 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova o Relatório e Conta de Gerência da Wemob, E.M., S.A. relativos ao exercício de 2023, nos termos da alínea I), do nº 2, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 15 de abril de 2024, que aprovou a proposta Nº 2024-185-GP.

7.1.6 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.4 da ordem de trabalhos, que foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 17 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, 1 abstenção da eleita do PAN, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova a Prestação de Contas 2023 do Município de Almada, nos termos da alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, e do artigo 27.º, n.º 2, ambos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:

1 – Demonstrações Financeiras e Orçamentais do Município, constituídas por:

- a) Relatório de Gestão;*
- b) Demonstrações Financeiras Individuais;*
- c) Demonstrações Orçamentais Individuais;*

2 – Documentos relativos às entidades integradas na esfera do Grupo Autárquico (Agências Municipais):

- a) Relatório Anual e Contas do ano de 2023 da AGENEAL – Agência Municipal de Energia de Almada;*
- b) Relatório Anual e Contas do ano de 2023 da ARRIBATEJO – agência de Desenvolvimento Local;*
- c) Relatório Anual e Contas do ano de 2023 da NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.*

nos precisos termos da deliberação de Câmara de 15 de abril de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-182-GP.

7.2 – Entrou-se no ponto 3.3 da ordem de trabalhos relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes (SMAS);

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

7.2.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta é simples, é do conhecimento de todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, o que propomos aqui é a aprovação de acordo com a norma de Contabilidade Pública. Esta 1ª Alteração Modificativa tem a ver com a autorização de compromissos plurianuais também para efeito de abertura de procedimentos pré-contratuais necessários à operação dos SMAS.”

7.2.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 15 dos eleitos do Grupo Municipal do PS [O Senhor deputado Pedro Dias Pereira não se encontrava na sala] incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 12 votos contra, sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra, 1 do eleito do CDS-PP; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal aprova a 1.ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2024 e Anos Seguintes dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS), nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 15 de abril de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-177-GP.

7.3 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda”:



7.3.1 – Para apresentar a proposta usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Nuno Matias.

7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta enquadra-se noutra tipo de propostas, em que estamos a protocolar com as Juntas de Freguesia, a possibilidade de fazerem obras, seja em equipamentos que lhes estejam já de alguma maneira afetos, como é o caso do mercado, a gestão é da Junta embora esta obra transcenda aquilo que já foi delegado à Junta e também no âmbito de um programa de recuperação de mercados que caso o Senhor vereador Nuno Matias queira dizer uma palavra.

Esta é uma proposta simples, pelas razões que já evoquei da grande quantidade de projetos e de obras que a Câmara Municipal está a lidar, estas obras que em dimensão mais pequenas mas que fundamentais para o bom funcionamento de alguns equipamentos, nós estamos de facto a protocolar, seja com as Juntas de Freguesia, seja por exemplo, com as escolas, onde temos tido também excelentes resultados com a capacidade de uma execução muito mais rápida e célere, graças a esta articulação entre todos os que vivem, trabalham e contribuem para o bem do nosso território.”

7.3.1.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito telegraficamente, dar nota da importância que é este trabalho conjunto de proximidade e que procura acelerar intervenções. Como a Senhora Presidente disse, o objetivo é tentar complementar intervenções, naturalmente, há obras que a Câmara Municipal está a desenvolver, posso dar o exemplo da colocação de portas automáticas como se fez no Mercado da Costa da Caparica, como se fez agora há bem pouco tempo no Mercado do Monte de Caparica, como se quer também fazer a intervenção neste caso, na iluminação e no sistema elétrico no Mercado da Charneca de Caparica, como se quer também fazer o mesmo no Mercado quer do Monte de Caparica, quer na Trafaria, colocar um elevador no Mercado da Trafaria para tentar potenciar a utilização do primeiro piso, que hoje em dia não é acessível a todo e qualquer cidadão, portanto, há aqui um conjunto de intervenções sem prejuízo de um plano de investimento estrutural e estratégico em equipamentos seja reabilitação total ou construção nova, e estamos a preparar o lançamento de concurso de ideias para o Mercado da Costa da Caparica e para o Mercado de Almada, mas estas intervenções de proximidade se pudermos conjugar esforços neste caso com as Juntas de Freguesia, e tendo havido a disponibilidade por parte da Junta de Freguesia de abraçarmos em conjunto esta tarefa, distribuindo este esforço e tentando agilizar as respostas, como acho que também vamos poder fazer noutras Freguesias, podemos prestar um serviço que para o cidadão é fundamental, que é ter as melhores condições no espaço que encontra e ter maior razão para frequentar ainda mais os Mercados e tentarmos ainda diversificar as suas atividades e reforçar a sua capacidade de atração e, portanto, um agradecimento à Junta de Freguesia por essa disponibilidade e esperemos que outras assim continuem também com este espírito e certamente mais protocolos de colaboração irão surgir.”

7.4.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea k), n.º 1, do artigo 25, anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprova a celebração de contrato Interadministrativo de delegação de competências com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril, que aprovou a proposta n.º 2024-113-DMERC.

7.4 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta final do documento – Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico Desenvolvimento Desportivo”;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco.

7.4.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma sucinta e resumida.

Este Plano Almada Desportiva, antes de ir a reunião de Câmara e também a esta Assembleia Municipal, foi apresentado ou dada a conhecer aquilo que seria a proposta na primeira reunião de instalação do Conselho Municipal do Desporto.

E precisamente, quisemos fazê-lo dessa forma, de forma simbólica, porque não só resumia todo o ano de trabalho, profundo, com todas as entidades ligadas ao desporto, estamos a falar de todo o movimento associativo e desportivo, todas as coletividades, os clubes, com a Academia, com as entidades ligadas ao desporto, também com as empresas, quisemos apresentá-las, porque foram essas entidades as primeiras a contribuir para este documento. Este documento, este Plano Almada Desportiva, um dos principais pilares onde assentou a sua elaboração, foi precisamente na participação cidadã.

Eu, portanto, resumiria porque essa dimensão de participação cidadã, também na dimensão de escrutínio e de avaliação que também está presente neste Plano, vai ser executada de diversas formas, mas uma dessas formas é também nesse órgão que foi instalado há umas semanas atrás, que é o Conselho Municipal do Desporto, que é o órgão de excelência de formalização de uma relação de proximidade e de fazer política pública na área do desporto, entre o Município de Almada e todas essas entidades.

Depois, destacaria e estou a falar de forma resumida, porque o documento é denso, foi distribuído, uma dimensão também muito importante, que precedeu a elaboração desta estratégia e também das várias ações, que é a realização do primeiro grande diagnóstico à prática e oferta desportiva no nosso Concelho.

Não podemos estabelecer objetivos nem metas, nem um caminho a seguir, se não soubermos qual é a realidade que conhecemos. Nós podemos ter um inferência, podemos ter uma perceção, mas é completamente diferente ter dados, completamente diferente fazê-lo recorrendo ao método científico, e foi precisamente por isso, que fizemos um amplo estudo aquilo que é a oferta e prática desportiva, que certamente deve ser casado e deve ser cruzado com toda a dimensão de observatório do desporto, aliás, que já temos no nosso Concelho e que esta inserido numa lógica do Observatório do Desporto da Área Metropolitana de Lisboa com todos os dados que são produzidos pelos nossos serviços. E esse amplo diagnóstico permite-nos traçar hoje em dia um retrato muito fidedigno daquilo que é a prática desportiva e ela é enviesada, nós temos mais homens a fazer desporto, temos um deficit de mulheres a fazer desporto, temos também um deficit, por exemplo, dos mais de 64 anos, estou a dar só aqui alguns dados, nos mais de 64 anos, apenas 22% diz fazer desporto. Isto é um problema. Ou seja, nós temos desequilíbrios que queremos promover. Portanto, toda esse conhecimento foi importantíssimo para a dimensão da definição da estratégia, e depois também das linhas de ação.

Obviamente, que eu tentarei deixar tempo para eventuais dúvidas e para discussão que possa existir, mas essa dimensão foi essencial para o estabelecimento de uma missão e de uma visão.

A visão, sermos um Concelho modelo a nível nacional em termos de oferta e de participação desportiva, aproximando-nos dos indicadores de participação da União Europeia até 2030. E dou-vos aqui um dado sobre o diagnóstico. Nós temos no nosso diagnóstico, foi possível dizer que apenas 45% de pessoas no nosso Concelho faz qualquer prática de desportiva, é menos de metade das pessoas do nosso Concelho, é mais do que os números nacionais que são 27%, mas é abaixo do indicador europeu que são 55% e precisamente por isso, essa é uma das razões, que a nossa visão é a da aproximação dos indicadores da União Europeia até 2030, que é o prazo para o qual se destina este Plano Estratégico. Este Plano Estratégico está projetado a seis anos para o final da década. E nossa missão em termos de Autarquia, de Município, de serviço público, incrementar hábitos de prática desportiva na população, com níveis de qualidade elevados, num ambiente seguro e saudável.

Eu poderia esta aqui muito tempo, tive a oportunidade de fazer esta apresentação de forma exaustiva na primeira reunião do Conselho Municipal do Desporto, mas destacaria também a dimensão porque nem só de



estratégia, ela muito importante, mas depois é muito importante as ações prioritárias. E das várias ações prioritárias eu destacaria uma que há pouco foi referida pelo Senhor Deputado Daniel Silva, que é a do plano de requalificação de Polidesportivos de proximidade. E dou uma das múltiplas razões por que esse plano vai ser importante. Um dos principais fatores também um dado, dado pelo diagnóstico, um dos principais fatores dado para que alguém no nosso Município não pratique uma determinada atividade física, é o fator tempo. O fator tempo é um dos principais fatores para não se fazer desporto no nosso Concelho. Ora, nós podemos agir sobre esta variável do tempo de múltiplas formas, mas certamente, das várias que nós propomos, uma delas é atuar ao nível dos equipamentos de proximidade. Certamente se tivermos uma rede cuidada e a funcionar, uma rede de polidesportivos de proximidade, será possível reduzir este fator tempo como um dos principais fatores de não se fazer desporto.

Portanto, terminaria dizendo que, pela primeira vez temos um Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo no nosso Concelho, uma Plano Estratégico para executar até ao final da década e que quer voltar a pôr o desporto como um dos principais fatores de desenvolvimento também do nosso Concelho.”

7.4.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Luís Couvaneiro (PS), João Eduardo Galdes (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Maco (CDS-PP), e ainda o Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco.

7.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Gostaria de começar esta intervenção por felicitar os serviços da Câmara Municipal de Almada, na área do desporto e naturalmente, o eleito responsável pela área e os restantes eleitos, pelo trabalho diria extraordinário que aqui é trazido.

Todos os ventos são contrários quando não se sabe bem para onde se está a navegar. E este Plano traz isso, traz uma rota, traz um destino, traz um horizonte em direção ao qual se quer navegar.

A não existência de um diagnóstico, e de um planeamento participado, não promove políticas públicas de qualidade. Por isso, a elaboração de um plano é sempre um instrumento ao serviço da ação política de qualidade, para que se encontrem respostas estruturadas à promoção da saúde física e mental, das pessoas e da comunidade que servimos. É isso que este plano propõe.

Este plano visa também, garantir a criação de uma política desportiva, baseada em evidências e não apenas em palpites ou opiniões ou em estados de alma ou em clientelismos.

Políticas que são fundadas, num estudo profundo e aprofundado, um plano que elaborou e que resultou de uma alargada auscultação que integrou todos e que foi escrutinada por todos.

Neste processo de auscultação realizam-se quase vinte reuniões com escolas, agentes privados na área do desporto, movimento associativo, no caso destas reuniões do movimento associativo em reuniões realizadas quer por modalidade, quer por Freguesia, foram também realizadas mais de mil entrevistas e tudo isto para a produção do tal diagnóstico.

A visão que aqui é trazida e que foi apresentada pelo Senhor Vereador, visa efetivamente, afirmar Almada como e talvez pela primeira vez, capital do desporto em Portugal.

Aquilo que aqui é trazido, é o primeiro esforço diria consequente neste sentido. Visa-se atingir indicadores de participação, como disse o Senhor Vereador, que aproximem Portugal da média da União Europeia, mas atrevere-me-ia desafiar a vereação e até os serviços do Município para que se possa ultrapassar esta média. Estamos a 10%, temos 45% de praticantes, para uma média da União Europeia que é de 55%.

A missão pretende incrementar hábitos de prática desportiva na população, com níveis de qualidade elevados num ambiente seguro e saudável. Como ações prioritárias que foram aqui referidas, a fundamental requalificação dos equipamentos desportivos e um planeamento e uma rede futura ao serviço desta política desportiva.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O desenvolvimento do programa de promoção da atividade física e desportiva, privilegia jovens e seniores, cidadãos desfavorecidos e pessoas com deficiência. A promoção da prática desportiva, que seja paritária entre os géneros, o aumento de uma prática desportiva federada e escolar. A promoção de grandes eventos desportivos que afirmem Almada neste quadro que é o do desenvolvimento económico também ligado ao desporto.

Que promova o território e os seus agentes e os seus recursos naturais.

Termino lançando um conjunto de desafios para este plano que creio que possam ser relevantes.

A ideia de se afirmar a paridade da atividade desportiva a importância da atividade física que vai muito para além da atividade desportiva. Este superar dos 55% da média europeia, e a aposta nas atividades desportivas em meio aquático para o qual Almada tem condições singulares.

Para que nos afirmemos efetivamente, e que afirmemos o desporto como fator de saúde pública, desenvolvimento económico, e de coesão social.”

7.4.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Falemos de coisas concretas.

Como primeira nota, queremos registar que o documento que a Câmara Municipal aqui nos apresenta, e designa como “Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo”, não pode ser lido como um verdadeiro plano estratégico, ao contrário do que afirma.

E não é um verdadeiro plano estratégico porque não se encontra devidamente suportado, como deve acontecer com qualquer plano estratégico, numa caracterização consistente e objetiva do Sistema Desportivo Municipal. Pelo contrário, o que percebemos é uma conflagradora ausência dessa caracterização, que não nos permite perceber com nitidez e objetividade qual é, efetivamente, o ponto de partida da reflexão que se pretende fazer sobre o futuro desenvolvimento do desporto no nosso Concelho, reflexão que se exige muito consistente e muito bem fundamentada.

A partir da leitura desta proposta não conseguimos saber qual o número de praticantes desportivos existe nas associações, coletividades, clubes, ou outras organizações promovem atividades desportivas em Almada. Não consta.

Não conseguimos saber, também, quantos técnicos e dirigentes desportivos existem. Também não consta.

Quanto ao desporto escolar, este documento refere que existiam 1.997 praticantes em 2022/2023. Mas não se referem quantos professores existem ligado ao desporto escolar.

Relativamente aos equipamentos desportivos, e segundo aquilo que o documento que temos nas mãos informa, os dados utilizados para identificação e levantamento dos equipamentos existentes, datam de 2002 (há 22 anos, por isso).

Mas para além desse lapso temporal de mais de duas décadas, verificamos que foram identificadas no documento piscinas na Freguesia da Caparica, na Freguesia da Sobreda, e na Freguesia da Charneca de Caparica, todas elas construídas em datas significativamente posteriores a 2002. Pior do que isso, o documento não identifica qualquer piscina na Freguesia de Almada, sabendo nós que em 2002 as Piscinas de São Paulo, bem no coração desta Freguesia, funcionavam em pleno.

Mas pior ainda do que essa realidade, não existem campos para a prática de Padel em Almada? É que o “plano” não os identifica em ponto algum...

Fica-nos, assim, para além da escassez de informação fundamental para qualquer plano estratégico, a dúvida mais do que razoável, relativamente à fiabilidade dos dados trabalhados, e que suportam o conteúdo deste documento.



A CDU entende que a elaboração de um plano de desenvolvimento desportivo pressupõe, antes de mais, uma recolha de informação o mais abrangente e completa possível sobre o Sistema Desportivo Municipal, incluindo um levantamento exaustivo das estruturas físicas destinadas à prática das atividades físico-desportivas, a caracterização das instituições e dos praticantes desportivos, e a identificação, o mais objetiva possível, das expectativas da população quanto à resposta pública, municipal e privada às suas necessidades.

Estas são condições imprescindíveis à compreensão da situação em que se encontra o conjunto das práticas físico-desportivas no concelho, a única via que permite a obtenção de respostas quantitativas e qualitativas ajustadas à prática desportiva que se pretende no futuro, e, conseqüentemente, definir um desenho rigoroso e adequado das políticas municipais a desenvolver.

Ora é precisamente aqui que este documento falha redondamente. Precisamente naquilo que é fundamental quando tratamos de definir políticas: o conhecimento, real e objetivo, sobre aquilo que existe, sobre o ponto do qual partimos.

Não evidenciando a base real de onde partimos, este plano só pode traçar objetivos imprecisos, e previsivelmente incorretos.

Em síntese, a sensação que nos fica é que a Câmara Municipal de Almada e a maioria PS, está a tentar começar a construir a casa pelo telhado. A CDU entende que antes de um “plano” como aquele que aqui nos é proposto, deveria ser elaborada uma Carta Desportiva do Município, deveria ser elaborada uma Carta Associativa do Município, e a partir desses instrumentos de caracterização de base, lançar-se então a construção de um verdadeiro Plano de Desenvolvimento Desportivo. Não é o que acontece com esta proposta, por isso o voto contra da CDU.”

7.4.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostaria de salientar a importância também já aqui referida, do diagnóstico que foi feito, parece-me bastante competente e exaustivo, porque sem este diagnóstico não sabemos nem a realidade nem que futuro podemos ter. Dizer que existe 70% da população é pré-obesa e que uma em cada três crianças sofre de obesidade, e, portanto é de extrema importância que existam atividades físicas.

Almada tem já boas iniciativas nesta área, mas gostaria de saber e uma vez que também foi referido, pelo Senhor Vereador que entre as mulheres e a população idosa existe menos prática desportiva, o que é que poderá ser feito para promover essa prática entre esta população uma vez que provavelmente, a população idosa tem outras necessidades e até as mulheres talvez se interessam por outro tipo de prática desportiva, embora saiba que hoje em dia as mulheres praticam tudo o que quiserem, mas perceber de facto, se vamos ou não ao encontro daquilo que é procurado por esta população.”

7.4.2.4 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradecer ao Senhor Vereador a exposição que aqui fez.

Apenas uma pequena questão simples.

Concretamente o que é que o Plano prevê para o desporto adaptado, para uma melhor inclusão, nós sabemos muitas das dificuldades que muitas vezes encontramos nos parques e noutros apoios desportivos, e noutros equipamentos desportivos e gostaria que o Senhor Vereador pudesse também aqui apresentar aquilo que tem pensado para colmatar estas diferenças.”

7.4.2.5 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Tentando responder às várias questões e começando em primeiro lugar pelo Senhor Deputado Municipal João Gerales da CDU. Dizer-lhe que eu até fico espantado, porque a CDU governou este Município durante muitos anos e não existirem esses dados que pudessem ser transpostos para este Plano Estratégico.

Mas evidentemente, que esses dados existem, mas é importante e já na discussão em reunião de Câmara, é importante nós não confundirmos os planos.

Em primeiro lugar, é diferente aquilo que é a prática desportiva no Concelho, com a prática desportiva promovida pelo Município. São coisas diferentes. E também é diferente aquilo que foi o inquérito ou um diagnóstico à prática e oferta desportiva no Concelho, com aquilo que é a dimensão de dados que existem do Observatório do Desporto. E parte dos dados que questionou, se aceder pesquisando no Google Observatório do Desporto da Área Metropolitana de Lisboa, estão lá esses dados. E são dados carregados pela Câmara Municipal. Aliás, porque existe um Observatório do Desporto no Município.

Concretamente, a Carta Desportiva, eu percebo uma dimensão de planeamento da rede futura, percebo. Mas a Carta Desportiva atual, até é consultável no nosso GeoPortal do Município, até é dos poucos Municípios do país que tem essa ferramenta em que se nós consultarmos o GeoPortal do Município, podemos consultar todos os equipamentos desportivos que existem. Porquê? Porque esse trabalho de observatório de levantamento das instalações desportivas, de rastreamento de base de dados, para depois carregar no Observatório da Área Metropolitana de Lisboa, já está feito.

Portanto, aquilo que relevaria para esta discussão, seriam as opções de estratégia e depois até as várias linhas de ação. Mas sobre essa nós não ouvimos nenhuma palavra, eu acho que isso também de certa forma, é um elogio não dito, mas é um elogio à elaboração deste Plano.

Depois, respondendo à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos.

Eu relativamente aquilo que são os desequilíbrios, é facto que há aqui desequilíbrios de termos relativamente por exemplo, às mulheres, nós vemos nos dados do estudo do diagnóstico, aliás, que até é um trabalho que nós pensamos autonomizar para que se conheça de forma mais profunda aquilo que é a oferta e a prática desportiva no nosso Concelho, e perguntava-me o que é que era possível fazer. Podemos atuar em várias dimensões, algumas delas já propostas no Plano. Mas dou-lhe um exemplo de forma é que podemos atuar.

Nós sabemos que as mulheres praticam menos desporto, então se calhar naquilo que são os programas de apoio designadamente ao desporto de formação, podemos pensar em majorações quando os clubes têm por exemplo, equipas femininas. Nós sabemos que hoje em dia, também nos clubes, o número de equipas masculinas nas mais diversas modalidades, existem em muito maior número do que as femininas. Portanto, faz sentido majorar clubes que tenham prática masculina e também feminina? Tentando elevar também dessa forma aquilo que é o desporto feminino? É um exemplo.

Relativamente aquilo que o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco questionava relativamente ao desporto adaptado.

Nós relativamente ao desporto adaptado, temos uma abrangência que é geral, que é o seguinte: nós precisamos de trabalhar o desporto adaptado evidentemente e ele está lá previsto, no Plano Estratégico, mas precisamos trabalhá-lo com os vários clubes e por modalidade, que é de que forma é que nós conseguimos desenvolver o desporto adaptado numa determinada modalidade. Isso é o grande desafio. Nós precisamos de fazer isso também com os clubes e deixe-me dar-lhe algo que achamos que é bastante positivo também na instalação do Conselho Municipal do Desporto, como sabe é um órgão que agora existe no nosso Concelho, que foi a criação das comissões de modalidade ou comissões específicas. Nós pretendemos discutir de forma mais específica os desafios transversais de cada modalidade. E nessa dimensão, discutindo os desafios transversais de cada modalidade, poderemos também discutir os desafios específicos do desporto adaptado numa determinada modalidade. Portanto, será feita dessa forma, não existe aqui propriamente uma medida em concreto para já, mas queremos discuti-la nesse fórum e depois passar a concretizá-la."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.4.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleito do PAN, 1 do eleito IND Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 11 votos contra, dos 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias que o integra; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleitos do CDS-PP, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

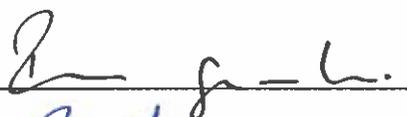
A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea h), do nº 1, do artigo 25, anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova versão final do “Plano Almada Desportiva – Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo”, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de abril, que aprovou a proposta nº 2024-124-DDJ.

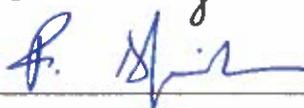
8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a segunda reunião da Sessão Ordinária de abril da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na terceira reunião prevista para dia 29 de abril, pelas 21H00, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as Municipais que fosse dada como aprovada a Minuta da Ata.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Francisca Baptista Parreira, Filipe Pacheco, Débora Figueiredo Rodrigues, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Sousa Matos, José Luís Matos, Helena Azinheira e Filipa Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de trinta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE 

O 1º SECRETÁRIO 

A 2ª SECRETÁRIA 

